

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	27
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	31
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	32
4.5 - Processos sigilosos relevantes	33
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	34
4.7 - Outras contingências relevantes	35

## Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	36
<b>5. Gerenciamento de riscos e controles internos</b>	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	37
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	40
5.3 - Descrição dos controles internos	43
5.4 - Programa de Integridade	45
5.5 - Alterações significativas	47
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	48
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	49
6.3 - Breve histórico	50
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	58
6.6 - Outras informações relevantes	59
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	60
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	64
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	65
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	66
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	67
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	68
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	69
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	70
7.8 - Políticas socioambientais	71
7.9 - Outras informações relevantes	72
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Negócios extraordinários	73
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	74

## Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	75
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	76
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	77
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	78
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	79
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	80
9.2 - Outras informações relevantes	84
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	85
10.2 - Resultado operacional e financeiro	98
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	102
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	105
10.5 - Políticas contábeis críticas	106
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	108
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	110
10.8 - Plano de Negócios	111
10.9 - Outros fatores com influência relevante	114
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	115
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	116
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	117
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	121
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	126
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	128
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	129

## Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	133
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	134
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	170
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	182
12.12 - Outras informações relevantes	183

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	184
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	187
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	191
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	192
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	193
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	194
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	195
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	196
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	197
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	198
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	199
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	200
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	201
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	202
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	203
13.16 - Outras informações relevantes	204

### 14. Recursos humanos

## Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	205
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	206
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	207
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	208
14.5 - Outras informações relevantes	209
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	210
15.3 - Distribuição de capital	233
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	234
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	236
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	237
15.7 - Principais operações societárias	238
15.8 - Outras informações relevantes	241
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	242
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	243
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	249
16.4 - Outras informações relevantes	250
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	251
17.2 - Aumentos do capital social	252
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	253
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	254
17.5 - Outras informações relevantes	255
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	256

## Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	257
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	258
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	259
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	260
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	261
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	262
18.8 - Títulos emitidos no exterior	263
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	264
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	265
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	266
18.12 - Outras informações relevantes	267

## 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	268
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	269
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	270

## 20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	271
20.2 - Outras informações relevantes	272

## 21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	273
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	274
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	276
21.4 - Outras informações relevantes	277

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:**

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho

**Cargo do responsável:**

Diretor Presidente

**O diretor acima qualificado declara que:**

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



---

Sérgio Alberto Monteiro de Carvalho  
Diretor Presidente  
Monteiro Aranha S.A.

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:**

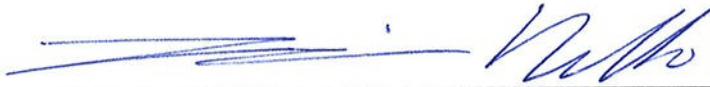
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello

**Cargo do responsável:**

Diretor de Relações com Investidores

**O diretor acima qualificado declara que:**

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



---

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello  
Diretor de Relações com Investidores  
Monteiro Aranha S.A.

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

Não aplicável, uma vez que os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. Nos itens 1.1 e 1.2, deste Formulário de Referência, poderão ser encontradas as declarações individualizadas de cada um dos diretores.

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0002-01
<b>Período de prestação de serviço</b>	14/05/2012 a 28/03/2017
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Ano 2015: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2015; Revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerrarão em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015. Ano 2016: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2016; Revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerrarão em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Ano 2015: Auditoria das demonstrações financeiras e Revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2015.R\$ 263.292,50 .Ano 2016: Auditoria das demonstrações financeiras e Revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2016.R\$ 294.974,62
<b>Justificativa da substituição</b>	Rodízio obrigatório
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Maria Salete Garcia Pinheiro	11/06/2014 a 28/03/2017	299.484.367-68	Rua do Russel, 804 / 7o. Andar, Edifício Manchete, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (21) 32326069, Fax (021) 32326112, e-mail: salete.garcia@br.pwc.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0001-25
<b>Período de prestação de serviço</b>	30/03/2017
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Ano 2017: Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício que se encerrará em 31 de dezembro de 2017; Revisão especial das informações trimestrais pertinentes aos trimestres que se encerrarão em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Ano 2017: Auditoria das demonstrações financeiras e Revisão especial das informações trimestrais para o ano de 2017.R\$ 310.126,00
<b>Justificativa da substituição</b>	
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Roberto Martorelli	30/03/2017	181.375.338-50	Praia de Botafogo, 370, 6º ao 10º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-909, Telefone (021) 32637000, Fax (021) 32637004, e-mail: Roberto.Martorelli@br.ey.com

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>	<b>Exercício social (31/12/2015)</b>
Patrimônio Líquido	1.322.128.000,00	1.304.190.000,00	1.187.999.000,00
Ativo Total	1.628.691.000,00	1.565.901.000,00	1.434.739.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	187.828.000,00	242.011.000,00	176.151.000,00
Resultado Bruto	146.344.000,00	196.527.000,00	125.038.000,00
Resultado Líquido	141.185.000,00	211.190.000,00	95.979.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	12.251.221	12.251.221	12.251.221
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	107,918060	106,453879	96,969845
Resultado Básico por Ação	11,524157	17,238282	7,834240
Resultado Diluído por Ação	11,52	17,24	7,83

### **3.2 - Medições não contábeis**

A Companhia não divulgou, no decorrer do último exercício social, medições não contábeis.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Em 31 de janeiro de 2018, 1.600.000 debêntures da Klabin S.A., de propriedade da Companhia, foram convertidas em Units, conforme divulgado no aviso aos debenturistas de 15 de janeiro de 2018. A conversão foi realizada na proporção de 5 Units por debenture, totalizando 8.000.000 de Units.

Este total de Units, resultado da conversão das debentures, encontram-se registradas em participações societárias, nos investimentos da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício social de 2017, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2018.

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	<b>Exercício Encerrado 31.12.2017</b>	<b>Social em</b>	<b>Exercício Encerrado 31.12.2016</b>	<b>Social em</b>	<b>Exercício Encerrado 31.12.2015</b>	<b>Social em</b>
<b>a. Regras sobre retenções de Lucros</b>	De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.		De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.		De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia destina 5% do Lucro Líquido do Exercício auferido, que não exceda 20% do Capital Social, para a constituição da Reserva Legal. Assegurando, desta forma, a integridade do Capital Social da Companhia. Somente através de decisão de Assembleia de Acionistas, poderá a Reserva Legal ser utilizada para a compensação de prejuízos ou aumento de Capital.	
	Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.		Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.		Adicionalmente, uma vez aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a Companhia poderá constituir Reserva de Investimentos, para realização de investimentos de interesse da Companhia.	
<b>a.i. Valores das Retenções de Lucros</b>	Constituição de reserva legal: R\$ 7.059 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 100.921 mil.		Constituição de reserva legal: R\$ 10.560 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 112.123 mil.		Constituição de reserva legal: R\$ 4.800 mil. Constituição de reserva para investimentos: R\$ 31.605 mil.	

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 71%.	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 53%.	Constituição de reserva legal: 5%. Constituição de reserva para investimentos: 33%.
<b>b. Regras sobre distribuição de dividendos</b>	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.	Conforme previsto no Estatuto da Companhia: dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento). A Diretoria poderá, quando julgar conveniente, mandar levantar balanço em períodos menores e, com base nestes, declarar dividendos à conta de lucros apurado nesse balanço, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intercalar.
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no Estatuto da Companhia.	A periodicidade para a distribuição de dividendos é anual, contudo existe a possibilidade de haver distribuições intermediárias em períodos menores, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

**3.4 - Política de destinação dos resultados**

	Estatuto da Companhia.		
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.	Não há restrição à distribuição de dividendos imposta à Companhia.
<b>e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado</b>	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.	A Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados.

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	134.541.638,10	201.046.528,36	91.596.045,09
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	44,268360	65,505012
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	10,678605	16,193192	8,079045
Dividendo distribuído total	33.635.409,52	89.000.000,00	60.000.000,00
Lucro líquido retido	100.906.228,58	112.046.528,36	31.596.045,09
Data da aprovação da retenção	27/04/2018	28/04/2017	09/05/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária	10.000.000,00	21/03/2017	12.000.000,00	06/05/2016	13.000.000,00	13/03/2015
Ordinária	23.635.409,52	19/10/2017				
Ordinária			15.000.000,00	01/07/2016		
Ordinária			15.000.000,00	01/09/2016		
Ordinária			8.261.632,09	05/12/2016		
Ordinária					9.899.011,27	12/01/2016
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>						
Ordinária			3.738.367,91	05/12/2016	20.100.988,73	12/01/2016
Ordinária			35.000.000,00	29/12/2016		
Ordinária					17.000.000,00	01/03/2016

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Em 2017, foram declarados R\$ 94,0 milhões de juros sobre capital próprio à conta de reserva de lucros, e R\$ 41,0 milhões de dividendos, dos quais, R\$ 33,6 milhões atribuídos ao resultado do exercício e R\$ 7,4 milhões à conta de reserva de lucros.

Em 2016, foram declarados R\$ 89,0 milhões de juros sobre capital próprio atribuídos ao resultado do exercício.

Em 2015, foram declarados R\$ 120,0 milhões de dividendos à conta de reserva de lucros, e R\$ 60,0 milhões de juros sobre capital próprio atribuídos ao resultado do exercício.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2017</b>	306.563.000,00	Índice de Endividamento	0,23187100	

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2017)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		151.661.000,00	23.714.000,00	28.798.000,00	0,00	204.173.000,00
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	31.000,00	0,00	31.000,00
<b>Total</b>			<b>151.661.000,00</b>	<b>23.714.000,00</b>	<b>28.829.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>204.204.000,00</b>

**Observação**

As obrigações com Garantia Real compreendem:

- a) Inferior a um ano: (i) trata-se de venda do ETF (Exchange Traded Fund) do Ibovespa - BOVA - 11 negociado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão em que ações foram dadas como garantia (R\$ 141 milhões), e (ii) Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças contratado pela controlada indireta Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 10 milhões).
- b) Superiores a um ano: trata-se do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças já mencionado (R\$ 53 milhões).

As obrigações Quirográficas compreendem:

- a) Superiores a um ano: contrato de mútuo com a coligada Telecel Telecomunicações Ltda conforme descrito no tem 16.2 - Partes Relacionadas (R\$ 31 mil).

### **3.9 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*) que, atualmente, tem a maior parte de seu patrimônio concentrado em participações nas sociedades Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. Ademais, a Companhia detém participações em Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), em parceria com empresas do setor imobiliário, além de possuir fundos exclusivos de investimentos e aplicações financeiras mantidas em sua Tesouraria.

Nesse sentido, a seguir são apresentados os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento na Companhia.

### a) ao emissor

#### ***A Companhia pode não pagar dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia.***

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, ao final de cada exercício social, será atribuído aos acionistas da Companhia um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com as disposições estabelecidas na Lei n.º. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Em determinados exercícios sociais, contudo, a Companhia pode não distribuir dividendos, ou distribuí-los em valor inferior ao mínimo obrigatório, mediante a ocorrência de qualquer circunstância prevista em lei que autorize a Companhia a tanto, em especial:

- Caso o lucro do exercício seja utilizado para compensar prejuízos acumulados da Companhia;
- Caso o lucro líquido do exercício seja retido nas hipóteses autorizadas pela Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação da Assembleia Geral Ordinária;
- Caso a distribuição de dividendos seja incompatível com a situação financeira da Companhia;
- Caso as sociedades investidas da Companhia não apresentem fluxo de caixa para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio e/ou não aprovelem a distribuição do lucro por elas auferido sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, o lucro líquido auferido pela Companhia pode não ser realizado financeiramente, fazendo com que o dividendo mínimo obrigatório seja limitado à parcela realizada do lucro líquido do exercício (sendo a diferença registrada como reserva de lucros a realizar).

#### ***A baixa liquidez das ações do emissor e dos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários pode limitar a capacidade dos investidores da Companhia de negociarem suas ações pelo preço e no momento que desejarem.***

Por ser significativamente menor do que mercados de valores mobiliários de países mais desenvolvidos (como, por exemplo, dos Estados Unidos e de alguns países da Europa), o mercado brasileiro de valores mobiliários, em que os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia são negociados,

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

apresenta características de menor liquidez, maior concentração e maior volatilidade. Essas características podem limitar, consideravelmente, a capacidade dos investidores da Companhia de negociarem os valores mobiliários de sua emissão.

Além disso, as ações da Companhia têm liquidez bastante inferior à média das ações emitidas pelas demais companhias brasileiras cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode aumentar significativamente o risco de acionistas da Companhia não conseguirem vender as suas ações pelo preço e no momento que assim desejarem.

***É possível que a Companhia precise de capital adicional, que pode não estar disponível ou em condições satisfatórias, ou diluir a participação acionária dos acionistas que não acompanham aumentos de capital.***

A Companhia pode necessitar de capital adicional para o desempenho de seu objeto, que pode não estar disponível ou ter condições satisfatórias.

Para a obtenção desse capital adicional, a Companhia poderá chamar aumentos do seu capital social, por subscrição pública ou particular de novas ações, a serem emitidas pela Companhia. Tais recursos poderão ser aplicados na execução da estratégia de negócio da Companhia, ou em eventual necessidade financeira, para pagamento de despesas e obrigações correntes e futuras.

A realização de aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações, pode resultar na diluição da participação dos acionistas da Companhia que decidirem por não acompanhar a subscrição das novas ações na proporção de sua participação no capital social.

#### **b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***O acionista controlador tem o poder de direcionar os negócios da Companhia.***

Os acionistas controladores da Companhia detêm, em conjunto, 74,72% do capital social da Companhia e têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação da maioria dos acionistas.

Considerando a elevada participação dos controladores no capital social da Companhia, os negócios da Companhia serão, em sua maioria, direcionados e orientados pelas decisões desses acionistas, que podem diferir e prevalecer sobre os interesses dos demais acionistas da Companhia.

#### **c) a seus acionistas**

***Negociações realizadas pelos acionistas podem afetar o valor de mercado das ações da Companhia.***

Os acionistas da Companhia podem negociar livremente suas ações no mercado de valores mobiliários, de acordo com a legislação aplicável. Considerando a baixa liquidez das ações da Companhia, negociações realizadas por esses acionistas podem afetar o valor de mercado dessas ações de forma substancial.

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

##### **d) a suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos**

***O resultado da Companhia é composto substancialmente por participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos.***

Como sociedade de participações (*holding*), a subsistência da Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados através de proventos, pelas suas sociedades investidas (controladas, controladas em conjunto e coligadas) e seus fundos exclusivos.

Considerando que as investidas da Companhia (sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas) estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado, desempenhos adversos em seus respectivos resultados individuais podem resultar em perdas relevantes e substanciais à Companhia (através da equivalência patrimonial). Nesses casos, as sociedades investidas poderão, inclusive, ter dificuldades ou ficarem impedidas de distribuir dividendos à Companhia, colocando em risco a situação financeira e solvência da Companhia, devido à sua dependência ao fluxo de dividendos de suas controladas e coligadas, que são alocados, principalmente, para pagamento de despesas e de obrigações financeiras, investimentos e distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Adicionalmente, considerando que os fundos exclusivos da Companhia estão também sujeitos a riscos operacionais e de mercado, desempenhos adversos em seus resultados podem resultar em perdas relevantes e substanciais à Companhia, impactando o seu resultado financeiro diminuindo a sua capacidade financeira para pagamento de despesas e obrigações financeiras.

A alta concentração do patrimônio da Companhia nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., nas participações imobiliárias e nos fundos exclusivos, gera uma significativa dependência de seus resultados no resultado do emissor. Conseqüentemente, tal fato pode acarretar em alta volatilidade nos resultados da Companhia e, na eventualidade de existirem perdas permanentes nessas investidas que venham a diminuir significativamente o valor desses investimentos, o patrimônio da Companhia será impactado diretamente.

Adicionalmente, qualquer mudança nas políticas de distribuição de dividendos da Klabin S.A ou da Ultrapar Participações S.A., principais coligadas da Companhia, e, em menor escala, dos demais investimentos da Companhia, pode causar um efeito material adverso nas operações do emissor, potencialmente impactando, inclusive, a capacidade de pagamento das despesas e obrigações financeiras, bem como o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios aos seus acionistas.

##### 1. Klabin S.A.

Detalhes e atualizações com respeito aos fatores de riscos relacionados à Klabin S.A., coligada da Companhia, são apresentados no formulário de referência da própria investida, que está disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. ([www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

##### 2. Ultrapar Participações S.A.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

Detalhes e atualizações com respeito aos fatores de riscos relacionados à Ultrapar Participações S.A., coligada da Companhia, são apresentados no formulário de referência da própria investida, que está disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Ultrapar Participações S.A. ([www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)) e da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### 3. SPEs imobiliárias

A Companhia tem como estratégia investir em Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”), de forma isolada e em parceria com empresas do setor imobiliário, para o desenvolvimento de projetos imobiliários. Os principais fatores de risco relacionados às atividades de tais SPEs que podem impactar a Companhia e influenciar a decisão de investimento de seus investidores estão identificados abaixo.

***(i) Riscos relacionados à conjuntura macroeconômica do Brasil, aumento das taxas de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população, instabilidade política, restrições de crédito, aumento de alíquotas de impostos existentes e criação de novos impostos***

O setor imobiliário está exposto a riscos associados à incorporação imobiliária, construção e venda de imóveis, e pode ser fortemente influenciado pelos riscos de aumento de alíquotas de impostos existentes, criação de novos impostos, restrições ao crédito, conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor através de desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política, entre outros.

Esses riscos podem impactar de maneira significativa a comercialização de unidades imobiliárias pela investida, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

***(ii) As mudanças nas políticas de financiamento por parte de governos e bancos para compra de imóveis e o aumento das taxas de juros das linhas de financiamento podem prejudicar as vendas dos imóveis e o resultado das SPEs investidas***

A mudança nas políticas de financiamento para compra de imóveis e/ou aumento das taxas de juros das linhas de financiamento disponíveis podem prejudicar a capacidade ou disposição de compradores de imóveis para financiar suas aquisições. Consequentemente, tais fatos podem causar uma redução da demanda por imóveis das investidas, podendo gerar perdas e prejuízos substanciais, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, colocar em risco a capacidade das investidas em pagar as suas despesas e obrigações, e distribuir dividendos ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

***(iii) A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos demais sócios ou acionistas das SPEs investidas***

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

A Companhia está exposta ao risco de os sócios nas investidas apresentarem dificuldades financeiras, serem demandados em processos judiciais ou qualquer outro fato que possa vir a prejudicar a sua capacidade financeira, sua imagem e sua atuação neste segmento ou, ainda, que possa comprometer a viabilidade financeira das investidas, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

Demandas adicionais não previstas inicialmente para a execução dos empreendimentos poderão também fazer com que os sócios da Companhia nas SPEs apresentem dificuldades financeiras, expondo a Companhia aos riscos já mencionados e obrigar a diluir ou comprar a participação dos sócios em dificuldades financeiras, a fim de evitar maiores prejuízos para as investidas da Companhia.

##### ***(iv) Alterações no preço das matérias-primas básicas utilizadas nos empreendimentos imobiliários***

As matérias-primas básicas utilizadas podem sofrer aumentos de preço em valores superiores àqueles apurados pelos índices de reajustamento dos contratos de venda celebrados. A elevação do preço dos insumos a valores superiores ao reajuste do contrato de venda ou ao que o mercado consumidor é capaz de absorver, pode gerar dificuldade na comercialização dos imóveis, colocando em risco a rentabilidade dos empreendimentos, podendo gerar mais demandas por recursos financeiros, aumentando a exposição de caixa da Companhia.

##### ***(v) Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços das construtoras contratadas pelas SPEs investidas da Companhia***

Eventuais atrasos ou falhas na prestação de serviços por parte das construtoras contratadas pelas SPEs investidas podem ter um efeito adverso e sujeitar estas à imposição de responsabilidade civil, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

##### ***(vi) A utilização de mão de obra terceirizada na construção dos empreendimentos imobiliários pode implicar em responsabilidade solidária das SPEs investidas da Companhia***

A utilização de mão de obra terceirizada por parte das investidas pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária por solidariedade, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

##### ***(vii) Fornecimento de serviços públicos e de uma vasta cadeia de produtos e serviços***

O setor depende de serviços públicos, em especial os de água e energia elétrica, e de uma vasta cadeia de produtos, serviços e outros fatores inerentes ao mercado imobiliário, fazendo com que qualquer diminuição ou interrupção desses possa causar dificuldades, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive,

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

##### ***(viii) Cumprimento da legislação regulatória vigente e obtenção de autorizações e licenças emitidas pela administração pública***

A atividade imobiliária está sujeita à legislação vigente, dependendo de autorizações e licenças exigidas no que diz respeito à construção, zoneamento, uso do solo, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, proteção ao consumidor e outros, que afetam as atividades de aquisição de terrenos e incorporação. A impossibilidade de obter tais autorizações e licenças, ou a ocorrência de atrasos na sua obtenção, pode causar prejuízos financeiros e colocar em risco a realização ou a rentabilidade dos empreendimentos. Na hipótese de eventual descumprimento da legislação vigente, é possível que ocorram sanções administrativas, tais como: imposição de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de outras penalidades civis e criminais, gerando maior demanda por recursos financeiros de seus acionistas, aumentando a exposição de caixa da Companhia, podendo, inclusive, ocasionar prejuízos financeiros e colocar em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

O mercado imobiliário está sujeito também a mudanças nas regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento. Mudanças de regulamentações relativas à edificação e ao zoneamento, antes ou durante a execução do projeto imobiliário, podem causar prejuízos financeiros, colocando em risco a rentabilidade ou até mesmo a realização dos empreendimentos.

#### 4. Fundos exclusivos de investimentos

A Companhia tem como estratégia investir, por meio de seus fundos exclusivos, em ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em bolsas estrangeiras. Os principais fatores de risco relacionados a essa estratégia que podem impactar a Companhia e influenciar a decisão de investimento de seus acionistas estão identificados no item 4.2 (Riscos de Mercado)

##### **e) a seus fornecedores**

##### ***(i) Eventuais problemas no relacionamento da Companhia com as corretoras de valores e bancos responsáveis pelas transações com títulos mobiliários e manutenção em custódia de seus investimentos em ativos imobiliários pode impactar de forma adversa o resultado das operações financeiras da Companhia***

A Companhia se relaciona com corretoras de valores mobiliários e bancos responsáveis pela manutenção em custódia e realização de transações referentes a seus investimentos em ativos mobiliários. Nesse sentido, os investimentos da Companhia estão expostos à solidez e confiabilidade dessas instituições. Caso alguma corretora ou banco com a qual a Companhia tenha relacionamento vá à falência, a Companhia pode vir a perder o saldo (dinheiro não investido em ativos mobiliários) mantido nas contas de tais instituições. Ainda, caso alguma corretora ou banco não atenda, ou exerça de maneira incorreta, ou ainda execute a um preço desfavorável os pedidos de transações feitos pela Companhia, intencionalmente ou por falhas de comunicação, o resultado das operações financeiras da Companhia pode afetar de forma adversa o resultado da Companhia podendo, inclusive, gerar perdas

#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

relevantes à Companhia, afetando sua capacidade de pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos.

***(ii) A má qualidade e problemas relativos aos fornecedores de softwares e tecnologias utilizados para acessar e processar informações relevantes para a decisão de investimentos da Companhia podem resultar em prejuízos***

A Companhia depende de fornecedores de *software* e tecnologia para acessar e processar informações relevantes e essenciais para a tomada de decisão sobre seus investimentos. Caso haja má qualidade na prestação dos serviços de tecnologia de informação e dos *softwares* fornecidos à Companhia, bem como eventuais instabilidades na rede e no funcionamento desses programas, informações incorretas poderão ser geradas, levando a Companhia a eventualmente tomar decisões desfavoráveis embasadas em informações equivocadas, no que tange aos seus investimentos, podendo, inclusive, incorrer em prejuízos.

**f) a seus clientes**

Por ser uma sociedade de participações (*holding*), a Companhia não vende produtos ou fornece serviços, de forma relevante, diretamente a clientes, de modo que a Companhia não vislumbra riscos em decorrência de seus clientes que possam influenciar a decisão de investimento de seus acionistas.

Entretanto, a Companhia está exposta, indiretamente, aos riscos dos clientes de suas controladas e coligadas, em especial as suas controladas no setor imobiliário.

**g) aos setores da economia em que atue**

Por ser uma sociedade de participações (*holding*), a Companhia está exposta aos setores de atuação de Klabin S.A. (papel e celulose), Ultrapar Participações S.A. (majoritariamente nos setores petroquímicos, distribuição de gás e combustíveis, armazenagem de graneis líquidos e varejo farmacêutico), ao setor imobiliário através de suas investidas (SPEs), e aos setores nos quais os fundos exclusivos e fundos de ações investem. A Companhia está exposta às variações cíclicas da economia que permeiam esses setores econômicos e, conseqüentemente, pode ter seus investimentos adversamente afetados, gerando perdas relevantes em seus investimentos, afetando sua capacidade de pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos.

**h) à regulação nos setores em que atue**

***Possíveis alterações regulatórias nos setores onde tem investimentos relevantes como setor de papel e celulose através de Klabin S.A., setor de distribuição de combustível, petroquímico e varejo farmacêutico através de Ultrapar Participações S.A., do setor imobiliário através de suas investidas e dos setores nos quais os fundos exclusivos e fundos de ações investem, podem afetar adversamente o resultado da Companhia.***

Como a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), está diretamente exposta a possíveis mudanças nas leis e regulamentos relativos a investimentos em participações ou investimentos financeiros, como, por exemplo, alterações na tributação de investimentos, restrições a movimentações

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

de capital e aumentos nas alíquotas de impostos sobre dividendos, juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, mudanças essas que poderiam, inclusive, gerar diminuição da capacidade financeira da Companhia, afetando sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos a seus acionistas.

No caso das SPEs imobiliárias, os riscos relacionados à alteração na legislação regulatória e fiscal, estão mencionados no item 4.1 d) (3. SPEs imobiliárias).

##### i) aos países estrangeiros em que atue

***Os investimentos indiretos da Companhia em ações de empresas no exterior estão expostos às condições econômicas, políticas e regulatórias dos países estrangeiros e riscos inerentes às próprias ações investidas***

Por meio de seus fundos exclusivos, a Companhia possui investimentos financeiros em ações de empresas localizadas no exterior. Os valores dessas ações estão sujeitos às condições econômicas, políticas e regulatórias desses países estrangeiros, e, caso essas condições dos países sejam adversamente afetadas, o resultado financeiro da Companhia poderá ser negativamente afetado, apresentando perdas financeiras à Companhia através das perdas registradas em seus fundos exclusivos, podendo, desta forma, reduzir substancialmente o seu patrimônio e sua futura capacidade de investimento e pagamento de obrigações.

##### j) a questões socioambientais

Como a Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), não está exposta diretamente a riscos significativos relacionados a questões socioambientais.

No entanto, suas investidas Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. e suas SPEs imobiliárias estão expostas a riscos socioambientais relevantes.

Detalhes e atualizações com respeito aos riscos socioambientais das investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. são apresentados nos formulários de referência das mesmas e estão disponíveis para consulta nos seus respectivos sites ([www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br) e [www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

No caso das SPEs imobiliárias, os riscos socioambientais são mencionados no item 4.1 d) (3. SPEs imobiliárias).

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

A seguir são apresentados os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

### Riscos de crédito

#### ***As contrapartes dos instrumentos financeiros celebrados pela Companhia podem não cumprir com as obrigações estipuladas***

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A maioria das disponibilidades e operações financeiras de derivativos são mantidas em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Companhia.

A Companhia depende da solidez da contraparte para que os bancos cumpram com o compromisso de recompra dos CDBs e operações compromissadas (debêntures). Caso essas instituições financeiras não cumpram com os seus compromissos de recompra, esse fator pode gerar perdas financeiras relevantes à Companhia podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

A Companhia depende da solidez do Governo Federal para que este cumpra com o compromisso de pagamento de juros e o principal no vencimento de seus títulos. Caso o Governo Federal não cumpra com a totalidade ou parte dessas obrigações junto a Companhia, esse fator pode gerar perdas financeiras relevantes à Companhia podendo, inclusive, afetar sua capacidade de pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

### Risco cambial

#### ***A variação da taxa de câmbio pode impactar significativamente o resultado da Companhia***

O risco cambial está relacionado à possibilidade de haver variações na taxa de câmbio (Real/Dólar). Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao Dólar por intermédio de seus fundos exclusivos, através de ações de companhias estrangeiras e pode ter exposição através de contratos de dólar futuro, uma possível desvalorização do Dólar frente ao Real poderia afetar de forma adversa a Companhia, prejudicando, portanto, o seu resultado financeiro e podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade do câmbio com base na cotação do Dólar em Real em 31 de dezembro de 2017, considerando desvalorizações de 25% e 50%:

Operação	R\$ (000)		
	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2017	3,31	2,48	1,65
Exposição ao Dólar	182.702	137.027	91.351
Efeito no resultado financeiro	-	(45.676)	(91.351)

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

### Risco de taxa de juros

#### **As aplicações financeiras e endividamento da Companhia estão expostos a variações na taxa de juros**

As aplicações financeiras da Companhia estão atreladas às variações das taxas SELIC e do CDI, expondo esses ativos às variações dessas taxas de juros.

Por outro lado, a Companhia é fiadora no empréstimo de financiamento contraído pela controlada indireta da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., que está atrelado à Taxa de Referência (TR), expondo a controlada e a Companhia à sua variação.

A Companhia possui saldo líquido de caixa e aplicações. Em caso de redução das taxas de juros, portanto, é provável que a Companhia apresente uma redução de ganhos nas aplicações financeiras, impactando negativamente o resultado financeiro da Companhia, despesas e obrigações financeiras assumidas.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 das aplicações financeiras e financiamentos, considerando a deterioração do cenário base das taxas em 25% e 50%:

R\$ (000)

	Saldo em 31/12/17	Cenário Base		Cenário I - 25%		Cenário II - 50%		
		Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	Taxa	Impacto \$	
<b>Aplicações Financeiras</b>								
Compromissadas	CDI	44.603	6,89%	-	5,17%	(768)	3,45%	(1.537)
CDB	CDI	71.522	6,89%	-	5,17%	(1.232)	3,45%	(2.464)
Fundo de Investimento Renda Fixa	CDI	64.140	6,89%	-	5,17%	(1.105)	3,45%	(2.210)
Swap	CDI	36.895	6,89%	-	5,17%	(636)	3,45%	(1.271)
LFTs	SELIC	60.564	6,90%	-	5,18%	(1.045)	3,45%	(2.089)
<b>Financiamentos</b>								
Financiamento Imobiliário	TR	(62.749)	0,46%	-	0,57%	72	0,69%	144
<b>Total</b>		<b>214.975</b>		<b>-</b>		<b>(4.713)</b>		<b>(9.426)</b>
<b>Efeito líquido no resultado</b>								

### Risco de volatilidade no preço das ações

#### **A Companhia investe em valores mobiliários negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em bolsas de valores estrangeiras, estando exposta à variação dos preços desses valores mobiliários**

A Companhia investe através de seus fundos exclusivos em ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e em bolsas de valores estrangeiras e, portanto, está exposta à variação do preço desses ativos. Sendo assim, uma variação negativa no preço dos valores mobiliários impacta negativamente o resultado financeiro da Companhia, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e, até, a sua capacidade para distribuição de dividendos.

## 4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade das ações com base nas cotações de mercado em 31 de dezembro de 2017, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

Operação	R\$ (000)		
	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Carteira de ações	232.831	174.623	116.416
Efeito no resultado financeiro		(58.208)	(116.416)

Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia utiliza-se da venda a descoberto de ETF (“BOVA11”), venda de índice Ibovespa futuro, opções de ações e contratos de swap. No entanto, esses instrumentos estão atrelados às variações do Índice Bovespa ou de ações específicas, expondo esses ativos a variações que podem, consequentemente, impactar o resultado financeiro da Companhia. Em caso de aumento dos preços no mercado de ações ou de ações específicas, o resultado financeiro da Companhia será negativamente afetado, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade das posições vendidas de ETF BOVA11 com base nas informações de mercado (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) em relação a possíveis perdas com suas valorizações em 31 de dezembro de 2017, considerando variações positivas de 25% e 50%:

Operação	Nocional	R\$ (000)		
		Cenário base	Cenário I +25%	Cenário II +50%
BOVA 11	(140.277)	(140.277)	(175.346)	(210.416)
Efeito no resultado financeiro		-	(35.069)	(70.139)

Considerando que os impactos financeiros das variações das ações detidas em carteira e as posições vendidas em ETF BOVA11 podem ter direções contrárias, as variações nos valores de mercado das operações poderão ter efeitos opostos, que poderão ser parcialmente compensados.

Apesar da variação nos preços de Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A. não afetar o resultado da Companhia, o preço de mercado e a volatilidade dessas ações detidas diretamente pela Companhia pode influenciar a decisão de investimento nas ações do emissor.

### Risco de liquidez

#### ***A Companhia pode não cumprir com as obrigações por ela assumidas caso a sua disponibilidade de caixa seja insuficiente***

O risco de liquidez é o risco da Companhia não cumprir suas obrigações, prejudicando de maneira relevante a sua situação financeira e os seus resultados operacionais, podendo, inclusive, afetar sua capacidade de investimento, pagamento de despesas e obrigações financeiras assumidas, e a sua capacidade para distribuição de dividendos.

## **4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado**

No final do exercício de 2017, as disponibilidades com liquidez imediata eram superiores às suas obrigações de curto prazo.

### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais que fossem individualmente relevantes.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, de qualquer natureza, cujas partes contrárias fossem administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não eram parte em processos sigilosos relevantes.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, que não estivessem sob sigilo e que fossem relevantes quando considerados em conjunto.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Até o término do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não existiam outras contingências relevantes da Companhia e suas controladas não abrangidas pelos itens anteriores.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é um emissor nacional.

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

**Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que entende que os mecanismos e procedimentos internos que são adotados pela Administração da Companhia são adequados para gerir, monitorar e mitigar os principais fatores de risco que a atingem.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos da Companhia ocorre de acordo com a atuação e procedimentos definidos pela Administração, sob a orientação e supervisão dos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

A Companhia informa que está constantemente monitorando os fatores de risco que a atingem de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação dos mesmos, e que poderá formalizar no futuro uma política consolidada de gerenciamento de riscos, caso julgue necessário.

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**(i) os riscos para os quais se busca proteção;**

A Administração da Companhia adota uma série de medidas e procedimentos para monitorar e mitigar os fatores de riscos mencionados no item 4.1 do Formulário de Referência.

O gerenciamento de riscos da Companhia tem por base a proteção a eventos não controlados, principalmente decorrentes de cenários políticos e macroeconômicos adversos, proporcionando alternativas para terceirizar ou assumi-los desde que as variáveis sejam monitoradas.

Especificamente sobre alguns dos riscos mais significativos apresentados no item 4.1 do Formulário de Referência, destacam-se as abordagens e práticas apontadas abaixo.

*A Companhia pode não pagar dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas titulares das ações de emissão da Companhia.*

Para mitigar o risco de não pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, por não ter o caixa necessário para fazê-lo, a Companhia tem como política manter constantemente um bom nível de disponibilidade financeira. Apesar de não existir um número mínimo formal, o Conselho de Administração monitora o nível de disponibilidade financeira e, quando necessário, delibera sobre planos para aumento de suas disponibilidades financeiras.

*O resultado da Companhia é composto substancialmente por participações societárias em controladas e coligadas.*

## 5.1 - Política de gerenciamento de riscos

As controladas e coligadas da Companhia, incluindo seus fundos exclusivos, estão expostos a riscos políticos e macroeconômicos, que podem impactar adversamente o resultado da Companhia (através de equivalência patrimonial e resultado financeiro) e a distribuição de dividendos para a Companhia, eventualmente não sendo estes suficientes para o pagamento de obrigações da Companhia e dividendos mínimos obrigatórios para seus acionistas.

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o patrimônio, a Companhia utiliza instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações de BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

O Conselho de Administração define os parâmetros de *hedge* a serem adotados. Atualmente, os limites estipulados pelo Conselho de Administração para proteção de patrimônio são de 5% a 15% do patrimônio líquido, a valor de mercado, líquido de imposto (para os ativos com preços de mercado disponíveis). Esses parâmetros são revistos periodicamente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração e de forma extraordinária quando necessário.

### ***(ii) os instrumentos utilizados para proteção;***

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o seu patrimônio, a Companhia e os seus fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações de BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

### ***(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos***

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, estes são monitorados pelos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

- **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração define, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia, os investimentos e desinvestimentos a serem realizados, nível (faixa) de proteções a serem adotadas para os ativos da Companhia, endividamento e alocação de garantias.
- **Diretoria Estatutária:** A Diretoria da Companhia executa, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração, os investimentos e desinvestimentos, aumento e diminuição de proteções de seus ativos, endividamento e alocação de garantias, e estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*.
- **Gerência de Compliance:** Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das normas e práticas da Companhia. A Gerência de *Compliance* responde à Diretoria.

## **5.1 - Política de gerenciamento de riscos**

### **(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos, a Administração entende que a estrutura operacional e de controles internos da Companhia acima descrita é adequada. A Administração da Companhia se reúne periodicamente para acompanhar, analisar e avaliar o desempenho de seus ativos e os riscos da Companhia, de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação desses riscos.

Cabe à Administração da Companhia monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, deliberando sobre e supervisionando a execução das recomendações de aprimoramento de práticas e procedimentos que entender necessários.

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

**(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que entende que os mecanismos e procedimentos internos que são adotados pela Administração da Companhia são adequados para gerir, monitorar e mitigar os principais fatores de risco que a atingem.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos da Companhia ocorre de acordo com a atuação e procedimentos definidos pela Companhia, sob a orientação e supervisão dos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

A Companhia monitora constantemente os fatores de risco de mercado que a atingem de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação dos mesmos, e que poderá formalizar no futuro uma política consolidada de gerenciamento de riscos de mercado caso julgue necessário.

**(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

***(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção***

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Administração busca proteção para os seguintes riscos de mercado.

### ***Risco de crédito***

Para gerenciar o risco de crédito, a Companhia aplica suas disponibilidades financeiras de forma diversificada e em instituições financeiras consideradas de primeira linha pela Companhia.

### ***Risco de volatilidade no preço das ações***

Para mitigar o risco de volatilidade no preço das ações, a Companhia contrata gestão profissional para gerir os seus fundos exclusivos de acordo com o mandato aprovado pela Administração da Companhia. Além disso, a Companhia e os fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção, tais como: posição vendida em ações de ETF BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI) para proteção de patrimônio.

A Administração da Companhia acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações a que está exposta.

### ***Risco de liquidez***

O risco de liquidez da Companhia está ligado ao risco de não cumprimento das obrigações por ela assumidas. No entanto, os saldos de caixa, de equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários

## **5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado**

da Companhia são significativamente superiores às obrigações por ela contraídas, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

### ***(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)***

A Companhia acredita que, em cenários político e macroeconômicos adversos, o valor de mercado do seu patrimônio pode ter um impacto negativo substancial. A estratégia de proteção patrimonial visa à redução de perdas no patrimônio da Companhia caso esses cenários se realizem.

### ***(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)***

Para mitigar esses riscos e proteger parcialmente o patrimônio, a Companhia e os seus fundos exclusivos utilizam instrumentos de proteção tais como: posição vendida em ações de ETF BOVA11, posição vendida em contratos de Índice Ibovespa futuro, posição comprada/vendida em dólar futuro, opções e swaps (ficando passivo em ações e ativo em CDI).

### ***(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos***

A partir de análises sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, o Conselho de Administração define os parâmetros de *hedge* a serem adotados. Atualmente, os limites estipulados pelo Conselho de Administração para proteção de patrimônio são de 5% a 15% do patrimônio líquido, a valor de mercado, líquido de imposto (para os ativos com preços de mercado disponíveis). Após aprovado pelo Conselho de Administração, fica a cargo da Diretoria a implementação dos instrumentos de proteção dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração. Esses parâmetros são revistos periodicamente nas reuniões do Conselho de Administração.

### ***(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos***

Até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não operou com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

### ***(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado***

Apesar de a Companhia não adotar uma política formalizada de gerenciamento de riscos, estes são monitorados pelos seguintes órgãos da Companhia: Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Gerência de *Compliance*.

- **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração define, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia, os investimentos e desinvestimentos a serem realizados, nível (faixa) de proteções a serem adotadas para os ativos da Companhia, endividamento e alocação de garantias.
- **Diretoria Estatutária:** A Diretoria da Companhia executa, de acordo com as alçadas definidas por lei e pelo Estatuto da Companhia e de acordo com as deliberações do Conselho de Administração, os investimentos e desinvestimentos, aumento e diminuição de proteções de

## 5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

seus ativos, endividamento e alocação de garantias, e estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*.

- Gerência de *Compliance*: Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das normas e práticas da Companhia. A Gerência de *Compliance* responde à Diretoria.

### **(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Administração entende que a estrutura operacional e de controles internos da Companhia acima descrita é adequada. A Administração da Companhia se reúne periodicamente para acompanhar, analisar e avaliar o desempenho de seus ativos e os riscos da Companhia, de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação desses riscos.

Cabe à Administração da Companhia monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia, deliberando sobre e supervisionando a execução das recomendações de aprimoramento de práticas e procedimentos que entender necessárias.

### 5.3 - Descrição dos controles internos

#### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Estatutária é responsável por estabelecer e manter controles internos eficazes que assegurem a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia com informações corretas, verdadeiras, completas e confiáveis.

O processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, durante o qual são avaliados os aspectos financeiros, operacionais, e de tecnologia das informações da Companhia, visa garantir a confiabilidade dos relatórios produzidos.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”).

Em relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a EY declarou que, em sua opinião, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração avaliou os controles internos aplicados durante o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e concluiu que os mesmos são eficazes.

#### b. as estruturas organizacionais envolvidas

Em sua estrutura organizacional, a Companhia possui as seguintes áreas e órgãos da Administração responsáveis pelo gerenciamento e aprimoramento dos controles internos adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Conselho de Administração: de acordo com o artigo 12, inciso VI do Estatuto Social da Companhia, e com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração da Companhia a escolha e a destituição dos auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Ainda, o Conselho de Administração deve sempre manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria, e assegurar a elaboração confiável das demonstrações financeiras da Companhia, bem como a organização da estrutura organizacional.
- Diretoria Estatutária: Dentre as suas atribuições, a Diretoria da Companhia estabelece e revisa a gestão dos controles internos implementada pela Gerência de *Compliance*, visando a garantir

### 5.3 - Descrição dos controles internos

a sua eficácia e a confiabilidade do processo de elaboração das demonstrações financeiras. A Diretoria responde para o Conselho de Administração da Companhia.

- **Gerência de Compliance:** Dentre suas atribuições, a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia, ao atuar no acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, visando garantir a correta divulgação das informações, de acordo com as normas e práticas contábeis vigentes. A Gerência de *Compliance* é um departamento da Companhia que responde para a Diretoria.

#### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria da Companhia, sendo que a Gerência de *Compliance* é responsável pela gestão e pelo acompanhamento desses controles internos.

Portanto, a avaliação contínua dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras envolve um processo consolidado e sistematicamente supervisionado, inicialmente, pela Diretoria, e, posteriormente, pelo Conselho da Administração.

A Diretoria reporta-se administrativamente ao Conselho de Administração, com relação à elaboração das contas da Diretoria, das demonstrações financeiras, do orçamento anual e do orçamento de capital, quanto ao acompanhamento e avaliação dos riscos com enfoque estratégico e estrutural da Companhia.

#### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os trabalhos realizados pelo auditor independente no relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não apontaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia relativos à elaboração de suas demonstrações financeiras.

#### **e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito no item 5.3 (d) acima, não foram apontadas deficiências significativas no relatório de auditoria relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

## 5.4 - Programa de Integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia, pelas razões descritas no item “d” abaixo, não possui, atualmente, regras, políticas, procedimentos ou práticas formalizadas com foco na prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, tampouco órgãos ou estruturas internas que se destinem diretamente a essas finalidades. No entanto, a Companhia possui Gerência de *Compliance* que é responsável pela gestão dos processos de controles internos e *compliance* da Companhia e pela elaboração e acompanhamento, em conjunto com a Administração, das normas e práticas da Companhia.

A Companhia também não possui um código de ética ou conduta formalmente aprovado.

Não obstante, a Companhia realça que preza pela observância dos princípios éticos e pelo estrito respeito às normas legais e regulamentares no desenvolvimento de suas atividades e nos relacionamentos com terceiros, especialmente no tocante à administração pública e seus representantes.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia não possui um canal de denúncias formalizado.

Em razão de suas características particulares, notadamente o fato de se tratar de uma sociedade de participações (*holding*), que possui toda sua estrutura administrativa centralizada em um único escritório, onde todos os funcionários têm acesso direto à média e alta Administração, e o fato de não possuir contato significativo com a administração pública em seus negócios e atividades cotidianas, a Companhia considera não haver necessidade, por ora, do estabelecimento de um canal de denúncias.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia não possui procedimentos específicos e formalizados para a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias.

Entretanto, na ocasião de tais operações, a Companhia adotará procedimentos de *due diligence* para identificar eventuais vulnerabilidades, riscos e irregularidades em seu âmbito.

## 5.4 - Programa de Integridade

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Em razão das características particulares da Companhia, notadamente o fato de se tratar de uma sociedade de participações (*holding*) sem relacionamento significativo com a administração pública, a Companhia não vê necessidade, por ora, do estabelecimento e da formalização de regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

Tendo em vista que a Companhia segue investindo majoritariamente nos mesmos segmentos, a Administração acredita que os riscos continuam sendo substancialmente de mesma natureza.

As expectativas de variação na exposição dos riscos relacionados às suas principais investidas, Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A., podem ser encontradas nos respectivos formulários de referência e estão disponíveis para consulta nos sites [www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br), [www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br) e [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br).

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém monitora constantemente os fatores de risco que a atingem de modo a definir eventuais tratamentos aplicáveis à mitigação dos mesmos e poderá formalizar no futuro uma política consolidada de gerenciamento de riscos caso julgue necessário.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores da Seção 5 deste Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	22/12/1947
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Anônima
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	07/05/1980

### 6.3 - Breve histórico

Fundada por Olavo Egydio de Souza Aranha e Alberto Monteiro de Carvalho, a Monteiro Aranha S.A. (“Companhia”) iniciou suas atividades como firma de engenharia e construção e, paulatinamente, tornou-se uma sociedade de participações (*holding*) com sócios nacionais e estrangeiros tendo, em 1947, adquirido sua configuração atual.

A Companhia abriu capital em 31 de maio de 1989 e, em 27 de dezembro de 1991, passou por reestruturação societária, através de cisão parcial do patrimônio líquido, o que permitiu concentrar as participações acionárias mais atrativas para o público investidor e de relevância em setores estratégicos da economia nacional, entre as quais:

- Cia. Industrial São Paulo e Rio – CISPER – participação de 20,60%;
- Ericsson Telecomunicações S.A. – participação de 12,57%, sendo 3,73% diretamente e 8,84% através da Matel Participações e Administração S.A.;
- IKPC – Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. – participação de 19,15%;
- Matel Participações e Administração S.A. – participação de 52,00%;
- Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. – MATEC – participação de 30,01%; e
- Oxiteno S.A. – Indústria e Comércio – participação de 14,88%.

#### Cisper

Em 1917, a Companhia comprou uma pequena fábrica de vasilhames de vidro no Rio de Janeiro e instalou a primeira máquina automática para a produção de vasilhames no país. Esta empresa originou a Cia. Industrial São Paulo e Rio – CISPER.

Em 1962, 80% das ações da Cisper foram vendidas a Owens Illinois, ficando a Companhia com participação de 20%.

Em 2011, a Companhia vendeu sua participação remanescente na Cisper para Owens Illinois para voltar a investir no mercado imobiliário.

#### Klabin S.A.

Em 1941, a Companhia formalizou sua entrada nas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A. (“IKPC”), participando como sócia na construção da primeira fábrica integrada de celulose e papel do País, em Monte Alegre (PR).

Em 1960, a Companhia entrou na sociedade para constituição da Papel e Celulose Catarinense Ltda (PCC). Em 1979 o controle desta empresa foi transferido à IKPC, que teve seu capital aberto na Bovespa.

Posteriormente, após diversas reorganizações societárias nas empresas Klabin, a IKPC mudou sua razão social para Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. em 1986, sendo incorporada à Klabin S.A.

### **6.3 - Breve histórico**

em 2001. Ao final daquele ano, a Companhia possuía 20% do capital social votante e 10,5% do capital social total da Klabin S.A.

Em 2014, a Companhia alienou parte de suas ações com objetivo de subscrever debêntures emitidas por Klabin S.A, com objetivo de financiar a expansão da empresa. Foram subscritas 1,6 milhões de debêntures (que, após *split*, passaram a ser 8,0 milhões de debêntures), totalizando o valor de R\$ 100 milhões. No mesmo período, a Companhia converteu a totalidade de suas ações em *units*. Após a conversão da totalidade de suas ações (ON e PN) em *units* de Klabin S.A. e alienações de parte de suas ações e *units*, a Companhia passou a deter uma participação de 6,81% do capital social da Klabin S.A. no final do exercício social de 2016.

Em 31 de janeiro de 2018, as 1,6 milhões de debêntures da Klabin S.A. foram convertidas em *units* na proporção de 5 *units* por debenture, totalizando 8,0 milhões de *units*, passando a deter 6,62% do capital social da Klabin S.A.

#### **Volkswagen do Brasil S.A.**

Em 1953, em parceria com a Volkswagen Aktiengesellschaft (V.W.A.G.), a Companhia fundou a Volkswagen do Brasil S.A., um dos maiores negócios do Brasil na época, ficando a Monteiro Aranha S.A. com 20% da nova empresa.

Em 1980, houve a alienação de metade de sua participação no capital da Volkswagen do Brasil para o governo do Kuwait. Em dezembro de 1986, através de uma de suas controladas, foi feita uma operação de permuta do restante de ações de Volkswagen do Brasil por ações da Volkswagen Aktiengesellschaft (V.W.A.G.), que em seguida foram alienadas.

#### **Ultrapar Participações S.A.**

Em 1970, a Companhia, em uma associação com a Ultrapar e os grupos Petroquisa e International Finance Corporation (IFC) fundou a Oxiteno S.A. Com sua primeira planta no Polo Petroquímico de Mauá (SP), a Oxiteno foi pioneira na produção de óxido de eteno e derivados no Brasil. Na época, a participação da MASA no capital da Oxiteno era de 14%.

Através de algumas aquisições e após o cancelamento de ações em tesouraria em 1999 e 2000, a participação da Monteiro Aranha na Oxiteno atingiu 19,01% do capital total. Com a reestruturação societária da Ultrapar em 2002, a Ultrapar passou a deter 100% do capital total da Oxiteno, com a Monteiro Aranha permutando sua participação na Oxiteno por 10,17% de participação no capital votante e 9,66% do capital social da Ultrapar.

Em abril de 2005, a Ultrapar concluiu a oferta primária distribuindo novas ações preferenciais e a oferta secundária distribuindo ações preferenciais de titularidade da Companhia e outros acionistas. Com a conclusão da oferta primária e secundária, a Monteiro Aranha S.A. passou a deter 7,67% do capital social da Ultrapar, mantendo inalterada sua participação no capital votante de 10,54%.

### 6.3 - Breve histórico

Em 2007, buscando a expansão dos negócios da Ultrapar para o mercado de distribuição de combustíveis, a Ultrapar adquiriu a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (“Ipiranga”) através da incorporação de suas ações. No processo de aquisição, foram emitidas 55 milhões de ações preferenciais da Ultrapar, de forma que o *free float* passou a representar 64% do capital social da companhia. A Monteiro Aranha S.A. não participou desse aumento de capital e sua participação no capital social na Ultrapar foi diluída, passando para 4,57%. Sua participação no capital votante, de 10,54% permaneceu inalterada.

Em 2011, os acionistas da Ultrapar aprovaram a adesão da companhia ao segmento de listagem Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, a nova redação do Estatuto Social e a conversão da totalidade das ações preferenciais em ordinárias, garantindo o fortalecimento da estrutura de governança. Com a conversão, a Monteiro Aranha S.A. passou a deter 4,57% do capital votante e total da Ultrapar.

Em 2013 e 2014, a Ultrapar, visando às potenciais sinergias com seus outros negócios e com o objetivo de ingressar no mercado de varejo farmacêutico, associou-se com a Extrafarma através da incorporação das ações da Extrafarma, que resultou em um aumento de capital com emissão de novas ações da Ultrapar. A Monteiro Aranha S.A. não participou desse aumento de capital e, portanto, sua participação no capital total da Ultrapar foi diluída para 4,47%.

Em 2015, com a conclusão do programa de recompra de ações de própria emissão pela Ultrapar, a participação de Monteiro Aranha S.A. no capital total da Ultrapar aumentou para 4,55%.

Ao final do exercício social de 2017, a Monteiro Aranha S.A. detinha uma participação de 4,12% do capital total da Ultrapar.

#### **Ericsson Telecomunicações S.A.** (nova denominação social de Ericsson do Brasil S.A.)

A aquisição do controle acionário da Ericsson do Brasil S.A. efetuou-se no âmbito da política nacional de telecomunicações vigente à época, que determinava a obrigatoriedade do controle por capitais nacionais das respectivas empresas de telecomunicação. Para tanto, foi criada uma empresa holding, a Matel Participações e Administração S.A., na qual participaram a Monteiro Aranha S.A. e a Atlântica Boavista, depois Bradesco Seguros. Em 02 de setembro de 1998, a Monteiro Aranha S.A. alienou as suas ações preferenciais nominativas da Ericsson do Brasil S.A. em bolsa e, em 15 de junho de 1999, a Monteiro Aranha S.A. alienou as suas ações do capital da Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. – MATEC para a Ericsson do Brasil S.A. A controlada em conjunto Matel Participações e Administração S.A. foi extinta em 31 de julho de 1999.

#### **Banco InterAtlântico S.A./Banco Boavista S.A.**

Em 18 de setembro de 1997, os acionistas do Banco InterAtlântico promoveram um aumento de capital no valor equivalente a US\$ 110,0 milhões, inteiramente integralizado pela Monteiro Aranha S.A. e o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, elevando o patrimônio líquido do banco para US\$ 232,0 milhões. Em seguida, no dia 19 de setembro, o Banco InterAtlântico adquiriu o Banco Boavista por valor nominal e o capitalizou.

### **6.3 - Breve histórico**

Em 1998, a Monteiro Aranha S.A. efetuou uma nova subscrição de capital no Banco Boavista InterAtlântico S.A. através da InterAtlântico S.A. no total de US\$ 28,7 milhões e adquiriu ações da controladora do Banco InterAtlântico no valor de R\$ 16,1 milhões, que tem como principal ativo a participação no capital social da InterAtlântico S.A. Após essa aquisição, a Companhia passou a deter uma participação indireta no Banco Boavista InterAtlântico S.A. de 30,80%.

A Companhia não participou de aumento de capital de R\$ 191,2 milhões no InterAtlântico S.A. em junho de 1999 e, como consequência, passou a deter uma participação de 14,30%.

Em 29 de setembro de 2000, o Banco Bradesco S.A. incorporou 100% do Banco Boavista InterAtlântico S.A., convertendo-se o banco, dessa forma, em subsidiária integral do Bradesco.

#### **Outras participações:**

##### **Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.**

A sociedade foi constituída em 06 de novembro de 1975 e tem como objeto social a corretagem e a administração de seguros. A sociedade foi extinta em 29 de dezembro de 2017, por decisão de seus sócios.

##### **Telecel Participações Ltda.**

A sociedade foi constituída em 23 de abril de 1992 tendo como objeto social a participação em sociedades que tenham por objeto a implantação, prestação e operação de serviços de telecomunicações sem fio.

##### **Timbutuva Empreendimentos Ltda.**

A sociedade foi constituída em 17 de dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários.

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

##### **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.**

### **6.3 - Breve histórico**

A sociedade foi constituída em 12 de abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, Subdistrito Capela do Socorro, na Capital do Estado de São Paulo.

#### **Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.**

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008, sob a denominação social de Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A., tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração. Através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2014, foi transformada em sociedade limitada e seu objeto social foi alterado para desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário.

Em 13 de agosto de 2014, foi transformada novamente em sociedade anônima.

#### **Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.**

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial situado no bairro de Realengo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

#### **Mapisa I S.A.**

A sociedade foi constituída em 01 de junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários.

#### **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.**

A sociedade foi constituída em 30 de junho de 2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, o empreendimento “Torre 1º de Março”, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

#### **Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.**

A sociedade foi constituída em 04 de novembro de 2009 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento comercial e residencial no bairro de Cachambi, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

#### **M. A. Investimentos Imobiliários S.A.**

### **6.3 - Breve histórico**

A sociedade foi constituída em 16 de dezembro de 2013 e tem como objeto social participar em empresas, como sócia ou acionista, do setor imobiliário.

#### **Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.**

A sociedade foi constituída em 06 de janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

#### **MAPISA II Empreendimento Imobiliário S.A.**

A sociedade foi constituída em 21 de janeiro de 2015 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, em Ipanema, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

#### **PRS XXIV Incorporadora S.A.**

A sociedade foi constituída em 03 de março de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

#### **Masa Administradora de Recursos Financeiros Ltda.**

A sociedade foi constituída em 20 de março de 2015 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a participação, direta ou indireta, no capital social de outras sociedades, no Brasil e no exterior, e a realização de quaisquer outras atividades necessárias ou relacionadas com a administração de carteira de valores mobiliários. A sociedade foi extinta em 28 de abril de 2017, por decisão de seus sócios.

#### **Masa Mineração Ltda.**

A sociedade foi constituída em 28 de abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados.

#### **Hesa 159 – Investimentos Imobiliários S.A.**

A sociedade foi constituída em 18 de fevereiro de 2013 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial/comercial na Capital do Estado de São Paulo.

### **6.3 - Breve histórico**

#### **Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.**

A sociedade foi constituída em 15 de janeiro de 2013 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão de carteiras de Títulos e Valores Mobiliários de terceiros, nos termos da Regulamentação da CVM.

A Companhia adquiriu 90% do Capital Social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. em 01 de outubro de 2015.

#### **Oslo Fundo de Investimento em Participações**

Em 13 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu o fundo de investimento exclusivo, denominado Oslo Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado ("FIM Oslo"), destinado a um único investidor qualificado, conforme definido na regulamentação aplicável da CVM.

O FIM Oslo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 20 anos, contados da data de integralização de cotas, investindo predominantemente em renda variável através do Fundo de Investimento em Participações Petra ("FIP Petra").

Em dezembro de 2014 o FIM Oslo foi cindido e teve sua carteira de ações transferida para o fundo constituído Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, mantendo seus investimentos em participações através do FIP Petra.

Em janeiro de 2015 o FIM Oslo extinguiu o Fundo FIP Petra e passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações ("FIP Oslo").

Em dezembro de 2016, o FIP Oslo passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A carteira do FIP Oslo era composta pelo investimento na Monteiro Aranha Participação Imobiliária S.A. e outros FIPs.

Em dezembro de 2017, foi aprovada a liquidação e encerramento do FIP Oslo, tendo a Monteiro Aranha S.A. assumido a carteira de ativos e passivos.

#### **Bucaresta III FIA Investimento no Exterior**

Em 07 de maio de 2012, foi constituído, com recursos próprios da Companhia, o Fundo de Investimento Bucaresta III FIA (FIA Bucaresta III).

#### **Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior**

Em 18 de dezembro de 2014, foi constituído o Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (FIM Bergen), fruto da cisão do FIM Oslo.

### **6.3 - Breve histórico**

Em 22 de novembro de 2017, o FIM Bergen teve sua denominação social alterada para Bergen Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior (FIA Bergen).

### **6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, da Companhia.

## **6.6 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A **MONTEIRO ARANHA S.A.** possui sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto:

- I. A participação em outras sociedades como acionista, quotista ou sócia, mesmo quando não for meio de realizar o objeto social;
- II. Realização de negócios ou serviços relativos à engenharia civil, construção e incorporações;
- III. Execução de serviços públicos por concessão ou empreitada, por conta própria ou de terceiros;
- IV. Prática de atos de intermediação comercial, por conta própria ou na qualidade de agente, representante ou consignatário;
- V. Exploração de indústria, existente ou a ser constituída, mediante prévia reforma estatutária para expressa indicação do tipo ou objeto da indústria a ser explorada;
- VI. Importação e exportação de bens e serviços;
- VII. Realização, por conta própria ou de terceiros, de estudos e projetos de investimentos agrícolas, industriais ou financeiros.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da Monteiro Aranha S.A., as de suas controladas, e de seus fundos exclusivos.

Observado que a participação em outras sociedades é a principal atividade da Companhia, destacam-se abaixo as participações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Participação	Participação no capital social (%)		
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b><u>Empresas controladas</u></b>				
Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.	Direta		99,99	99,99
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	99,99	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	99,99	99,99	99,99
M. A. Investimentos Imobiliários S.A.	Direta	75,00	75,00	75,00
Magisa Gestão de Investimentos Imobiliários S.A.	Direta	80,00	80,00	80,00
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00	100,00
Masa Administradora de Recursos Financeiros Ltda	Direta		89,90	89,90
Masa Mineração Ltda	Direta	99,99	99,99	99,99
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda	Direta	90,00	90,00	90,00
<b><u>Fundos Exclusivos</u></b>				
Oslo Fundo de Investimento em Participações	Direta		100,00	100,00
Bucarest III FIA Investimento no Exterior	Direta	100,00	100,00	100,00
Bergen Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior	Direta	100,00	100,00	100,00

## **7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas**

Em complemento, seguem abaixo as principais informações relativas às sociedades investidas da Companhia.

### **Masa Corretagem de Seguros S/C Ltda.**

A sociedade foi constituída em 06 de novembro de 1975 e tem como objeto social a corretagem e a administração de seguros. A sociedade foi extinta em 29 de dezembro de 2017, por decisão de seus sócios.

### **Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.**

A sociedade foi constituída em 31 de março de 2008, sob a denominação social de Monteiro Aranha Gestão de Investimentos Imobiliários S.A., tendo como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração. Através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de fevereiro de 2014, foi transformada em sociedade limitada e seu objeto social foi alterado para desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário.

Em 13 de agosto de 2014, foi transformada novamente em sociedade anônima

### **Timbutuva Empreendimentos Ltda.**

A sociedade foi constituída em 17 de dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários.

Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

### **M. A. Investimentos Imobiliários S.A.**

A sociedade foi constituída em 16 de dezembro de 2013 e tem como objeto social participar em empresas, como sócia ou acionista, do setor imobiliário.

### **Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.**

A sociedade foi constituída em 06 de janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.

## **7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas**

### **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.**

A sociedade foi constituída em 30 de junho de 2010 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, o empreendimento “Torre 1º de Março”.

### **Masa Administradora de Recursos Financeiros Ltda**

A sociedade foi constituída em 20 de março de 2015 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão e administração de carteiras de títulos e valores mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a participação, direta ou indireta, no capital social de outras sociedades, no Brasil e no exterior, e a realização de quaisquer outras atividades necessárias ou relacionadas com a administração de carteira de valores mobiliários. A sociedade foi extinta em 28 de abril de 2017, por decisão de seus sócios.

### **Masa Mineração Ltda.**

A sociedade foi constituída em 28 de abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados.

### **Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda.**

A sociedade foi constituída em 15 de janeiro de 2013 e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão de carteiras de Títulos e Valores Mobiliários de terceiros, nos termos da Regulamentação da CVM.

A Companhia adquiriu 90% do Capital Social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. em 01 de outubro de 2015.

### **Oslo Fundo de Investimento em Participações**

Em 13 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu o fundo de investimento exclusivo, denominado Oslo Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento Multimercado (“FIM Oslo”), destinado a um único investidor qualificado, conforme definido na regulamentação aplicável da CVM.

O FIM Oslo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração de 20 anos, contados da data de integralização de cotas, investindo predominantemente em renda variável através do Fundo de Investimento em Participações Petra (“FIP Petra”).

## **7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas**

Em dezembro de 2014 o FIM Oslo foi cindido e teve sua carteira de ações transferida para o fundo constituído Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, mantendo seus investimentos em participações através do FIP Petra.

Em janeiro de 2015 o FIM Oslo extinguiu o Fundo FIP Petra e passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações (“FIP Oslo”).

Em dezembro de 2016, o FIP Oslo passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A carteira do FIP Oslo era composta pelo investimento na Monteiro Aranha Participação Imobiliária S.A. e outros FIPs.

Em dezembro de 2017, foi aprovada a liquidação e encerramento do FIP Oslo, tendo a Monteiro Aranha S.A. assumido a carteira de ativos e passivos.

### **Bucareste III FIA Investimento no Exterior**

Em 07 de maio de 2012, foi constituído, com recursos próprios da Companhia, o Fundo de Investimento Bucareste III FIA (FIA Bucareste III).

### **Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior**

Em 18 de dezembro de 2014, foi constituído o Bergen Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (FIM Bergen), fruto da cisão do FIM Oslo.

Em 22 de novembro de 2017, o FIM Bergen teve sua denominação social alterada para Bergen Fundo de Investimento de Ações Investimento no Exterior (FIA Bergen).

### **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

Não aplicável, considerando que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

## **7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

Considerando que a participação em outras sociedades é o único segmento operacional da Companhia, e o fato de que, desta forma, as receitas operacionais da Companhia são, majoritariamente, de equivalência patrimonial, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada.

### **a) Produtos e serviços comercializados**

Não aplicável à Monteiro Aranha S.A por tratar-se de uma sociedade de participações (*holding*).

### **b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

A receita operacional da Companhia provém substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

### **c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

O lucro ou prejuízo operacional da Companhia é oriundo do seu único segmento operacional, que é a participação em outras sociedades.

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

Não aplicável, considerando que a Companhia, na prática, tem como único segmento operacional a participação em outras sociedades, conforme o item 7.2.

#### **7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**

A Companhia por ser sociedade de participações (*holding*), não possui clientes relevantes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

## **7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades**

### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Considerando o seu objeto social, a Companhia não depende de autorização governamental específica para o exercício de suas atividades.

### **b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

A Companhia não dispõe de política ambiental, mas incentiva, por meio de suas controladas e coligadas, os investimentos em políticas ambientais e projetos sustentáveis.

### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia não depende de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

## **7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**

### **a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia é uma sociedade de participações (*holding*), não tendo clientes relevantes, conforme informado na Seção 7.4. A receita operacional da Companhia é proveniente substancialmente da equivalência patrimonial de suas controladas e coligadas.

### **b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia não possui receita proveniente de clientes atribuídos a países estrangeiros.

### **c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia não possui receita relevante proveniente de países estrangeiros.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não obtém receitas de outros países, não estando, portanto, sujeita a regulação estrangeira em suas atividades.

## 7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia não possui uma política socioambiental formalizada nem publica relatório de sustentabilidade ou qualquer documento similar.

Ressalta-se, todavia, que a Companhia aprova e incentiva políticas socioambientais, projetos sustentáveis e culturais por meio de suas coligadas e controladas, especialmente a Klabin S.A. ([www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br)) e a Ultrapar Participações S.A. ([www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)).

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## **8.1 - Negócios extraordinários**

Não houve qualquer aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais.

## **8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais.

### **8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Nos últimos 3 exercícios sociais, não foram celebrados, pela Companhia ou suas controladas, contratos relevantes com terceiros que não sejam diretamente relacionados às suas atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Os bens constantes no Ativo Não Circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia são os investimentos em controladas e coligadas apresentados nessa seção, a seguir.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Veículos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Processamento de Dados	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos Telefônicos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

## **9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestar serviços de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários de terceiros, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e consultoria empresarial estratégica, exceto consultoria técnica específica.	90,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	90.000,00		
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento.								
Klabim S.A.	89.637.490/0001-45	1265-3	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria de papel, celulose, embalagem, florestamento e reflorestamento.	6,640000
				<b>Valor mercado</b>		31/12/2017	1.120.950.000,00	
<b>31/12/2017</b>	0,572892	-0,699827	48.717.000,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	492.602.000,00		
<b>31/12/2016</b>	22,107709	-30,896240	42.754.000,00					
<b>31/12/2015</b>	-24,983729	56,620342	46.776.000,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participações em empresas, como sócia ou acionista, no mercado imobiliário	75,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	1,00		
<b>31/12/2016</b>	-99,988889	0,000000	144.000,00					
<b>31/12/2015</b>	-86,363636	0,000000	1.410.000,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	19.700.405/0001-60	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários.	80,000000
				<b>Valor mercado</b>				

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais)</b>		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	1,00		
31/12/2016	-99,987500	0,000000	273.000,00					
31/12/2015	-96,981132	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como beneficiamento e comercialização de minérios em geral e seus derivados.	99,990000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	25,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	15.000,00		
31/12/2016	-40,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Prestadora de serviços de assessoria, consultoria e administração em relação a investimentos no mercado imobiliário. Alterado o objeto da sociedade para Desenvolvimento e incorporações de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos.	99,990000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	-15,106078	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	92.514.000,00		
31/12/2016	22,511017	0,000000	0,00					
31/12/2015	7,215004	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.	09.586.565/0001-77	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Promover, mediante incorporação, construção, realização e venda de empreendimento imobiliário residencial, do imóvel situado em Realengo – Rio de Janeiro.	40,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	1,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Telecel Participações Ltda.	40.430.688/0001-64	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participações Societárias	33,330000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	28.000,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento.								
Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Participação em empreendimentos imobiliários e participações em outras sociedades.	99,990000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	-0,282434	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	10.945.000,00		
31/12/2016	0,127714	0,000000	0,00					
31/12/2015	-0,054705	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Ultrapar Participações S/A	33.256.439/0001-39	1846-5	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Industrial, Comercial e Outras	4,120000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2017	3,768123	3,879066	41.256.000,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	395.727.000,00		
31/12/2016	5,406638	9,752760	39.569.000,00					
31/12/2015	3,680141	17,045731	37.448.000,00					

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	07.965.115/0001-60	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Empreendimentos Imobiliários	10,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2017</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2017	1,00		
<b>31/12/2016</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2015</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Estratégia de Investimento								

## **9.2 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 9.1.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Em 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 19 milhões. Além disso, os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos adicionais para cobrir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões, composto, majoritariamente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões), fornecedores habituais (R\$ 3 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante era de R\$ 146 milhões composto majoritariamente por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado era de R\$1.322 milhões.

#### **Comparativo entre o ano base 2017 e o ano base 2016**

Em 2017, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.322 milhões (R\$ 1.304 milhões em 2016), uma variação positiva de R\$18 milhões, explicada por um aumento nos ativos de R\$ 63 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 45 milhões.

Ao final do exercício de 2017, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 493 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2016, esse valor era de R\$ 403 milhões e R\$ 34 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 160 milhões contra R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 141 milhões), fornecedores habituais (R\$ 3 milhões) e financiamentos (R\$ 12 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2017 era de R\$ 146 milhões contra R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2016, composto, principalmente, por tributos diferidos (R\$ 94 milhões) e financiamentos (R\$ 51 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 144 milhões em 2017, correspondente a um decréscimo de 32%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial, devido à menor contribuição da coligada Klabin S.A. e por outras despesas operacionais maiores causadas pela redução do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A.

#### **Comparativo entre o ano base 2016 e o ano base 2015**

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2016, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$1.304 milhões (R\$ 1.188 milhões em 2015), uma variação positiva de R\$ 116 milhões, explicada por um aumento no nos ativos de R\$ 131 milhões parcialmente compensado por um aumento no passivo de R\$ 15 milhões.

Ao final do exercício de 2016, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 403 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 34 milhões. Em 2015, esse valor era de R\$ 457 milhões e R\$ 19 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 120 milhões contra R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 111 milhões), fornecedores habituais (R\$ 4 milhões) e dividendos declarados e não pagos (R\$ 2 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2016 era de R\$ 142 milhões contra R\$ 136 milhões em 31 de dezembro de 2015, composto, principalmente, tributos diferidos (R\$ 92 milhões), financiamentos (R\$ 45 milhões) e adiantamentos de clientes (R\$ 4 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 96 milhões em 2015 para R\$ 212 milhões em 2016, correspondente a um acréscimo de 120%, explicado principalmente pelo maior resultado de equivalência patrimonial da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A.

### **Comparativo entre o ano base 2015 e o ano base 2014**

Em 2015, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 1.188 milhões (R\$ 1.289 milhões 2014), uma variação negativa de R\$ 101 milhões, explicada por um aumento no passivo de R\$ 164 milhões parcialmente compensado por um aumento no nos ativos de R\$ 63 milhões.

Ao final do exercício de 2015, a Companhia e suas controladas, conforme demonstrações financeiras consolidadas, tinham um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 457 milhões e saldo de contas a receber de curto prazo de R\$ 19 milhões. Em 2014, esse valor era de R\$ 293 milhões e R\$ 12 milhões respectivamente. O passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 111 milhões contra R\$ 7 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto, principalmente, por obrigações com operações financeiras (R\$ 57 milhões), Juros Sobre Capital Próprio declarados e não pagos (R\$ 40 milhões) e impostos a pagar (R\$ 9 milhões). O passivo não circulante em 31 de dezembro 2015 era de R\$ 136 milhões contra R\$ 76 milhões em 31 de dezembro de 2014, composto, principalmente, tributos diferidos (R\$ 111 milhões), financiamentos (R\$ 21 milhões) e adiantamentos de clientes (R\$ 4 milhões). O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 184 milhões em 2014 para R\$ 96 milhões em 2015, correspondente a um decréscimo de 48%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial da Klabin S.A.

#### **b) estrutura de capital**

A Diretoria considera que a estrutura de capital da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, era adequada para suprir as suas necessidades. De acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o capital próprio da Companhia e de suas controladas, representado pelo patrimônio líquido consolidado, era de R\$ 1.322 milhões. Por sua vez, o endividamento bruto era de R\$ 63 milhões e o caixa e aplicações financeiras eram de R\$ 493 milhões, consequentemente o endividamento líquido era negativo em R\$ 430 milhões.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo, extraída das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, oferece a composição completa do capital próprio e de terceiros da Companhia:

	R\$ milhões		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital de terceiros curto prazo	12	0	0
Capital de terceiros longo prazo	51	45	21
<b>Total do capital de terceiros</b>	<b>63</b>	<b>45</b>	<b>21</b>
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.322</b>	<b>1.304</b>	<b>1.188</b>
<b>Tota do patrimônio líquido</b>	<b>1.322</b>	<b>1.304</b>	<b>1.188</b>

### Endividamento

Em dezembro de 2017, o endividamento de R\$ 63 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2016, o endividamento de R\$ 45 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

Em dezembro de 2015, o endividamento de R\$ 21 milhões refere-se ao empréstimo contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”.

#### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia e suas controladas não apresentaram endividamento financeiro líquido ao final dos últimos três exercícios de 2017, 2016 e 2015, uma vez que os saldos de caixa, de equivalentes de caixa, e de títulos e valores mobiliários foram superiores aos financiamentos e empréstimos contraídos, conforme exposto acima, e, portanto, a Administração acredita não haver riscos relevantes em relação à capacidade de pagamento da Companhia referente aos compromissos financeiros assumidos. Além disso, a Administração da Companhia entende que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem proporcionar recursos suficientes para cobrir os compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

#### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos últimos três exercícios sociais, a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos da Companhia foi a sua própria disponibilidade de recursos financeiros e geração de caixa de seus investimentos através da distribuição de proventos e outros rendimentos.

No exercício social de 2015, a controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. contratou empréstimo destinado exclusivamente ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”, no valor total de principal de R\$ 61 milhões, dos quais foram empregados R\$ 16 milhões no

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ano de 2017, R\$ 24 milhões no ano de 2016 e R\$ 21 milhões no ano de 2015. No decorrer dos exercícios sociais de 2017 e 2016, a Companhia não contratou novos financiamentos.

### **e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Em função de sua disponibilidade de caixa e de aplicações financeiras e da geração de caixa decorrente de seus investimentos os diretores acreditam que a Companhia não apresenta deficiências de liquidez. Contudo, a Administração entende que poderá, eventualmente, acessar o mercado de capitais através da obtenção de linhas de financiamento com instituições financeiras para capital de giro ou investimento, com taxas compatíveis com o mercado, tais como linhas de créditos de bancos, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, entre outros, levando em consideração que a Companhia tem a possibilidade de oferecer garantias reais baseadas nos seus ativos existentes em 31 de dezembro de 2017.

### **f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:**

Conforme os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios sociais, os Diretores entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, que permite uma confortável situação de caixa para realização de suas atividades.

#### **i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

O único contrato de empréstimo e financiamento relevante reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia é o “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”, no valor total de principal de R\$ 61 milhões para financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”. Do valor contratado, foram utilizados R\$ 16 milhões no ano de 2017, R\$ 21 milhões no ano de 2015 e R\$ 24 milhões no ano de 2016. O vencimento do empréstimo ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018.

#### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

Em 2017, Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

#### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas:**

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas. As obrigações da Companhia registradas no passivo exigível dos balanços patrimoniais que integram as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, correspondentes aos três últimos exercícios sociais, deverão seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei n.º 11.101/2005 em caso de concurso de credores, qual seja: créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários, créditos com privilégio especial, créditos com privilégio geral, créditos quirografários, multas e créditos subordinados.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:**

Não existem restrições impostas à Companhia em decorrência das dívidas contraídas pela Companhia, inclusive em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

### **g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Conforme descrito acima, o único financiamento contratado pela Companhia é o “Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças”. O limite contratado, em 31 de dezembro 2017, é de R\$ 61 milhões e destina-se ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º. de Março”. Do valor contratado, foram utilizados 100%, sendo R\$ 16 milhões no ano de 2017 (26%), R\$ 21 milhões no ano de 2015 (34%) e R\$ 24 milhões no ano de 2016 (39%). O vencimento do empréstimo ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018.

### **h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

#### Resumo das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Os quadros abaixo representam as demonstrações do resultado e os balanços patrimoniais e da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIÇÕES - AH	
	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2017 e 31/12/2016	31/12/2016 e 31/12/2015
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	110.835	98%	257.340	99%	(16.840)	130%	-57%	n/a
Outras receitas	1.966	2%	3.553	1%	3.893	-30%	-45%	-9%
	<u>112.801</u>	<u>100%</u>	<u>260.893</u>	<u>100%</u>	<u>(12.947)</u>	<u>100%</u>	-57%	n/a
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>								
Gerais e administrativas	(41.484)	-37%	(45.484)	-17%	(51.113)	395%	-9%	-11%
Outras receitas operacionais, líquidas	27.375	24%	91.415	35%	41.176	-318%	-70%	122%
	<u>(14.109)</u>	<u>-13%</u>	<u>45.931</u>		<u>(9.937)</u>	<u>77%</u>	n/a	n/a
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<u>98.692</u>	<u>87%</u>	<u>306.824</u>	<u>118%</u>	<u>(22.884)</u>	<u>177%</u>	-68%	n/a
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>								
Receitas financeiras	101.981	90%	145.796	56%	210.466	-1626%	-30%	-31%
Despesas financeiras	(54.329)	-48%	(256.093)	-98%	(62.544)	483%	-79%	309%
	<u>47.652</u>	<u>42%</u>	<u>(110.297)</u>	<u>-42%</u>	<u>147.922</u>	<u>-1143%</u>	n/a	n/a
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<u>146.344</u>	<u>130%</u>	<u>196.527</u>	<u>75%</u>	<u>125.038</u>	<u>-966%</u>	-26%	57%
<b>IMPOSTO DE RENDA E CSLL</b>								
IRPJ e CSLL corrente	(730)	-1%	(470)		(797)			
IRPJ e CSLL diferido	(1.903)	-2%	16.318	6%	(27.760)	214%	n/a	n/a
	<u>(2.633)</u>	<u>-2%</u>	<u>15.848</u>	<u>6%</u>	<u>(28.557)</u>	<u>221%</u>	n/a	n/a
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>143.711</u>	<u>127%</u>	<u>212.375</u>	<u>81%</u>	<u>96.481</u>	<u>-745%</u>	-32%	120%
Participação de minoritários	(2.526)	-2%	(1.185)	0%	(502)	4%	113%	136%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<u>141.185</u>	<u>125%</u>	<u>211.190</u>	<u>81%</u>	<u>95.979</u>	<u>-741%</u>	-33%	120%

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais****BALANÇO PATRIMONIAL**

(Em milhares de reais)

	Consolidado						VARIACÕES - AH	
	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	31/12/2017 e 31/12/2016	31/12/2016 e 31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	81.061	5%	33.384	2%	3.638	0%	143%	818%
Títulos e valores mobiliários	411.688	25%	370.077	24%	452.993	32%	11%	-18%
Créditos com Operações Financeiras	372	0%	1.607	0%	4.734	0%	-77%	-66%
Juros sobre Debêntures	10.917	1%	10.892	1%	6.400	0%	0%	70%
Dividendos a receber	15.345	1%	28.245	2%	12.650	1%	-46%	123%
Contas a receber	3.651	0%	4.275	0%	1.957	0%	-15%	118%
Impostos a recuperar	6.683	0%	5.417	0%	7.720	1%	23%	-30%
Outros	2.306	0%	1.245	0%	1.307	0%	85%	-5%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>532.023</b>	<b>33%</b>	<b>455.142</b>	<b>29%</b>	<b>491.399</b>	<b>34%</b>	<b>17%</b>	<b>-7%</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Realizável a longo prazo:								
Partes relacionadas	2.538	0%	18.863	1%	432	0%	-87%	4266%
Estoque de imóveis a comercializar	99.914	6%	118.360	8%	71.124	5%	-16%	66%
Juros sobre Debêntures	-	0%	7.784	0%	23.291	2%	n/a	-67%
Outros	3.866	0%	1.450	0%	1.448	0%	167%	0%
Investimentos em controladas e coligadas	939.326	58%	914.388	58%	795.275	55%	3%	15%
Propriedade para investimentos	49.438	3%	29.298	2%	30.870	2%	69%	-5%
Outros investimentos	183	0%	183	0%	132	0%	0%	39%
Imobilizado	1.311	0%	20.302	1%	20.599	1%	-94%	-1%
Intangível	92	0%	131	0%	169	0%	-30%	-22%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.096.668</b>	<b>67%</b>	<b>1.110.759</b>	<b>71%</b>	<b>943.340</b>	<b>66%</b>	<b>-1%</b>	<b>18%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.628.691</b>	<b>100%</b>	<b>1.565.901</b>	<b>100%</b>	<b>1.434.739</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>	<b>9%</b>
	62.790							
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>								
Salários e encargos sociais	1.432	0%	1.168	0%	1.331	0%	23%	-12%
Impostos e taxas a recolher	1.335	0%	981	0%	9.054	1%	36%	-89%
Dividendos e JCP a pagar	99	0%	1.537	0%	40.185	3%	-94%	-96%
Provisão para perda de investimentos	120	0%	117	0%	158	0%	3%	-26%
Fornecedores	3.340	0%	3.885	0%	1.375	0%	-14%	183%
Obrigações com Operações Financeiras	141.424	9%	110.739	7%	57.146	4%	28%	94%
Obrigações fundos exclusivos	843	0%	1.176	0%	1.594	0%	-28%	-26%
Contas a pagar aquisição de imóveis	-	0%	-	0%	85	0%	n/a	n/a
Empréstimo e Financiamentos	11.504	1%	-	0%	-	0%	n/a	n/a
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>160.097</b>	<b>10%</b>	<b>119.603</b>	<b>8%</b>	<b>110.928</b>	<b>8%</b>	<b>34%</b>	<b>8%</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>								
Partes relacionadas	31	0%	31	0%	31	0%	0%	0%
Tributo diferido	94.106	6%	92.075	6%	110.520	8%	2%	-17%
Adiantamentos de clientes	-	0%	4.050	0%	4.050	0%	n/a	0%
Empréstimo e Financiamentos	51.245	3%	44.568	3%	20.631	1%	15%	116%
Outros	1.084	0%	1.384	0%	580	0%	-22%	139%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>146.466</b>	<b>9%</b>	<b>142.108</b>	<b>9%</b>	<b>135.812</b>	<b>9%</b>	<b>3%</b>	<b>5%</b>
	306.563		261.711		246.740		14.971	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital social	716.838	44%	716.838	46%	716.838	50%	0%	0%
Reservas de lucros	610.841	38%	604.225	39%	481.542	34%	1%	25%
Ajustes de avaliação patrimonial	(6.387)	0%	(17.020)	-1%	(10.632)	-1%	-62%	60%
<b>Tota do patrimônio líquido</b>	<b>1.321.292</b>	<b>81%</b>	<b>1.304.043</b>	<b>83%</b>	<b>1.187.748</b>	<b>83%</b>	<b>1%</b>	<b>10%</b>
Participações de minoritários	836	0%	147	0%	251	0%		
<b>Tota do patrimônio líquido consolidado</b>	<b>1.322.128</b>	<b>81%</b>	<b>1.304.190</b>	<b>83%</b>	<b>1.187.999</b>	<b>83%</b>	<b>1%</b>	<b>10%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.628.691</b>	<b>100%</b>	<b>1.565.901</b>	<b>100%</b>	<b>1.434.739</b>	<b>100%</b>	<b>4%</b>	<b>9%</b>

AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS DE RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS

#### **EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

##### **Receitas Operacionais**

###### Resultado de equivalência patrimonial

O resultado positivo de R\$ 111 milhões de equivalência patrimonial apresentado em 2017, representou um decréscimo de R\$ 146 milhões (57%) em relação ao resultado positivo de R\$ 257 milhões em 2016, devido, principalmente à menor contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016).

##### **Receitas e (Despesas) Operacionais**

###### Gerais e Administrativas

A variação negativa de R\$ 4 milhões (9%) em despesas gerais e administrativas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, às menores despesas com implantação da nova sede e reestruturação de pessoal em 2016.

###### Outras receitas operacionais líquidas

A variação negativa de R\$ 64 milhões (70%) em outras receitas operacionais líquidas, entre 2017 e 2016, deveu-se principalmente, à redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário "Torre 1º de Março" da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensada pelo maior resultado na alienação de ativos.

##### **Resultado Financeiro Líquido**

A variação positiva do resultado financeiro de R\$ 158 milhões, entre 2017 (R\$48 milhões) e 2016 (-R\$110 milhões), se deve principalmente, (i) aos ganhos nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial e valorização de ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*), e (ii) por menores perdas nas operações com instrumentos de proteção.

##### **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

###### IRPJ e CSSL diferidos

A variação negativa do imposto de renda e contribuição social de R\$ 18 milhões, entre 2017 (-R\$2 milhões) e 2016 (R\$16 milhões), refere-se à provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à valorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2017.

#### **EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### **Receitas Operacionais**

#### **Resultado de equivalência patrimonial**

O resultado positivo de R\$ 257 milhões de equivalência patrimonial, apresentado em 2016, representou um aumento de R\$ 274 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ 17 milhões de 2015, devido, principalmente, à equivalência patrimonial positiva da Klabin S.A., no valor de R\$ 181 milhões em 2016, contra uma equivalência patrimonial negativa de R\$ 91 milhões em 2015.

### **Receitas e (Despesas) Operacionais**

#### **Gerais e Administrativas**

A variação negativa de R\$ 6 milhões (11%), entre 2016 e 2015, deve-se, principalmente, à menor incidência de PIS e COFINS sobre Receitas Financeiras diferidas em função de perdas nos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial dos ativos da carteira que tem exposição a moeda estrangeira.

#### **Outras receitas operacionais líquidas**

A variação positiva de R\$ 50 milhões (122%), entre 2016 e 2015, se deve, principalmente, ao maior resultado na alienação de ativos.

### **Resultado Financeiro Líquido**

A variação negativa do resultado financeiro de R\$ 258 milhões, entre 2016 (-R\$ 110 milhões) e 2015 (R\$ 148 milhões), refere-se às perdas, principalmente, nas carteiras de ações dos fundos exclusivos da Companhia em função da variação cambial dos ativos da carteira que tem exposição a moeda estrangeira e perdas nas operações com instrumentos de proteção.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

#### **IRPJ e CSSL diferidos**

A variação positiva do imposto de renda e contribuição social de R\$ 44 milhões, entre 2016 (R\$16 milhões) e 2015 (-R\$28 milhões), refere-se à reversão de provisão dos tributos diferidos, devido, principalmente, à desvalorização nas carteiras dos fundos exclusivos da Companhia, em 2016.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### COMPARAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS

#### EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

##### ATIVO CIRCULANTE

###### Caixa e equivalentes de Caixa

A variação positiva de R\$ 48 milhões (143%), entre 2017 e 2016, é resultado da maior alocação das disponibilidades em CDB's de bancos em substituição às Compromissadas (debêntures).

###### Títulos e Valores Mobiliários

A variação positiva de R\$ 42 milhões (11%), entre 2017 e 2016, em títulos e valores mobiliários, entre 2017 e 2016, decorre principalmente da valorização nos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial e valorização de ações estrangeiras (via *BDRs – Brazilian Depositary Receipts*).

###### Dividendos a Receber

O saldo refere-se ao provisionamento de dividendos obrigatórios das investidas Ultrapar Participações S.A. (R\$ 14 milhões) e Vista Golf Empreendimento imobiliário (R\$ 2 milhões).

##### ATIVO NÃO CIRCULANTE

###### Partes Relacionadas

A variação negativa de R\$ 16 milhões (87%), entre 2017 e 2016, decorre da integralização do aporte realizado pela Companhia na investida Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. em 2016, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

###### Estoques de Imóveis a Comercializar

A variação negativa de R\$ 18 milhões (16%), entre 2017 e 2016, nos estoques decorre, principalmente, da redução em R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário "Torre 1º de Março", empreendimento desenvolvido pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., parcialmente compensada pelo aumento do estoque em R\$ 50 milhões referente às obras para conclusão do empreendimento em 2017.

###### Juros sobre Debêntures

A variação negativa de R\$ 8 milhões, entre 2017 (R\$0 milhões) e 2016 (R\$8 milhões), dos juros sobre debentures deve-se a transferência do saldo dos juros sobre as debentures de Klabin S.A. para o ativo circulante, uma vez que o saldo será pago durante exercício de 2018.

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

### Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação positiva de R\$ 25 milhões (3%), entre 2017 e 2016, decorre, principalmente, do aumento dos investimentos por equivalência patrimonial: (i) na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 3 milhões, (ii) na coligada Ultrapar Participações S.A., no valor de R\$ 15 milhões e (iii) na Carapa Empreendimento Imobiliário SPE S.A., no valor de R\$ 6 milhões.

### Propriedade para Investimento

A variação positiva de R\$ 20 milhões (69%), entre 2017 e 2016, decorre substancialmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento passando a ser avaliado pelo seu valor justo no valor de R\$ 23 milhões.

### Imobilizado

A variação negativa, entre 2017 e 2016, de R\$ 19 milhões (94%) decorre principalmente da reclassificação do Edifício Monteiro Aranha, antiga sede da Companhia, de Imobilizado para Propriedade para investimento, no valor de R\$ 18 milhões.

## **PASSIVO CIRCULANTE**

### Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 141 milhões em 2017 contra R\$ 111 milhões em 2016 refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA) mantida pela Companhia com o objetivo de proteger seus investimentos de cenários político e macroeconômico adversos. A Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.900.260 ações de BOVA11 permanecendo esse saldo inalterado ao final dos exercícios de 2017 e 2016.

### Empréstimos e Financiamentos

O valor de R\$ 11 milhões refere-se às parcelas do financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março” a serem pagas no exercício social de 2018.

## **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

### Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 7 milhões (15%), entre 2017 e 2016, nos empréstimos e financiamentos é resultado da liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

### Adiantamentos de clientes

A variação de R\$ 4 milhões refere-se a baixa da permuta referente ao empreendimento “Torre 1º de Março”.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

#### ATIVO CIRCULANTE

##### Caixa e equivalentes de Caixa

A variação positiva de R\$ 30 milhões (818%), entre 2016 e 2015, é resultado da maior alocação das disponibilidades em CDB's de bancos em substituição às Compromissadas (debêntures).

##### Títulos e Valores Mobiliários

A variação negativa de R\$ 83 milhões (18%) em ações, entre 2016 e 2015, na conta de títulos e valores mobiliários, decorre principalmente da desvalorização nos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial.

##### Juros sobre Debêntures

A variação positiva de R\$ 4 milhões (70%), entre 2016 e 2015, decorre do maior provisionamento dos juros das debêntures da Klabin S.A., de acordo com o cronograma previsto de pagamento.

##### Dividendos a Receber

A variação positiva de R\$ 16 milhões (123%), entre 2016 e 2015, decorre do maior provisionamento de dividendos declarados das investidas Klabin S.A. (R\$ 12 milhões), Mapisa I S.A. (R\$ 2 milhões) e Ultrapar Participações S.A. (R\$ 1 milhão).

#### ATIVO NÃO CIRCULANTE

##### Partes Relacionadas

A variação positiva de R\$ 18 milhões (4266%), entre 2016 e 2015, decorre do maior nível de aportes realizados pela Companhia nas investidas Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. (R\$ 16 milhões) e Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. (R\$ 2 milhões), a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs).

##### Estoques de Imóveis a Comercializar

A variação positiva de R\$ 47 milhões (66%), entre 2016 e 2015, nos estoques decorre do desenvolvimento da obra do empreendimento "Torre 1º de Março" desenvolvido por controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.

##### Juros sobre Debêntures

## **10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A variação negativa de R\$ 15 milhões (67%), entre 2016 e 2015, decorre do menor provisionamento dos juros em reais a receber sobre as debêntures de Klabin S.A., refletindo a variação cambial em 2016.

### Investimentos em Controladas e Coligadas

A variação positiva de R\$ 119 milhões (15%), entre 2016 e 2015, decorre principalmente do aumento dos investimentos por equivalência patrimonial: (i) na coligada Klabin S.A., no valor de R\$ 89 milhões, (ii) na coligada Ultrapar Participações S.A., no valor de R\$ 20 milhões, e (iii) pela aquisição da coligada HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. no valor de R\$ 21 milhões.

## **PASSIVO CIRCULANTE**

### Impostos e taxas a recolher

A variação negativa de R\$ 8 milhões (89%), entre 2016 e 2015, decorre do pagamento em 2016 de IRRF incidentes sobre Juros sobre Capital Próprio, declarados ao final de 2015.

### Dividendos e JCP a pagar

A variação negativa de R\$ 39 milhões (96%), entre 2016 e 2015, decorre do pagamento em 2016 dos Juros sobre Capital Próprio, declarados no final do exercício de 2015.

### Obrigações com Operações Financeiras

O saldo de R\$ 111 milhões refere-se à operação BOVA 11 (ETF – *Exchange Traded Fund* - negociado na BM&F BOVESPA). Em 2015, em um movimento para proteger o portfólio da empresa de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia alugou e vendeu a descoberto 1.330.500 ações de BOVA11. Ao final do exercício de 2016 a posição alugada e vendida a descoberto de BOVA11 era de 1.900.260 ações.

## **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

### Tributo Diferido

A variação negativa de R\$ 18 milhões (17%), entre 2017 e 2016, refere-se, principalmente, às perdas dos fundos exclusivos da Companhia em função majoritariamente da variação cambial dos ativos da carteira com exposição em moeda estrangeira, acarretando menor provisão de IR e CSLL, bem como a menor incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras diferidas.

### Empréstimos e Financiamentos

A variação positiva de R\$ 24 milhões (116%), entre 2017 e 2016, nos empréstimos e financiamentos é resultado da liberação de parcela de empréstimo contratado pela controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., destinado ao financiamento da construção do empreendimento “Torre 1º de Março”.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a) resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por ser uma *holding*, o resultado operacional da Companhia é composto, principalmente, (i) pela equivalência patrimonial do resultado de participações societárias; (ii) por outras receitas operacionais; e (iii) de receitas financeiras. Os parágrafos abaixo descrevem em maiores detalhes cada um desses componentes da receita.

Para demonstrar a relevância de tais componentes na receita da Companhia, é importante destacar os dados constantes da tabela abaixo, que demonstram os montantes oriundos de cada um dos componentes acima descritos:

Componente da Receita	2017	2016	2015
Equivalência patrimonial (participações societárias)	R\$ 110.835mil	R\$ 257.340 mil	R\$ -16.840 mil
Outras receitas operacionais	R\$ 103.287mil	R\$ 93.005 mil	R\$ 43.745 mil
Receitas financeiras	R\$ 101.981mil	R\$ 145.796 mil	R\$ 210.466 mil

#### Receita de equivalência patrimonial

As receitas provenientes de equivalência patrimonial resultam substancialmente da participação detida pela Companhia no capital social de suas coligadas Ultrapar Participações S.A. e Klabin S.A., que assegura o direito da Companhia a receber os lucros provenientes de tais participações. Em 2017 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 110,8 milhões, sendo que R\$ 36,5 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 5,6 milhões de outras investidas. Em 2016 a receita de equivalência patrimonial foi de R\$ 257,3 milhões, sendo que R\$ 181,1 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 71,3 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 4,8 de outras investidas. Em 2015 a receita de equivalência patrimonial foi de -R\$ 16,8 milhões, sendo que -R\$ 91,4 milhões provenientes de Klabin S.A., R\$ 68,7 milhões provenientes de Ultrapar Participações S.A. e R\$ 6,1 milhões de outras investidas.

#### Outras receitas operacionais

Em 2017, 2016 e 2015, as outras receitas operacionais foram de R\$ 103,3 milhões, R\$ 93,0 milhões e R\$ 43,7 milhões, respectivamente. As outras receitas operacionais são provenientes substancialmente do resultado da venda de ativos da Companhia bem como de receitas obtidas por meio de aluguel de imóveis e de royalties.

#### Receitas Financeiras

Em 2017, 2016 e 2015, as receitas financeiras foram de R\$ 102,0 milhões, R\$ 145,8 milhões e R\$ 210,5 milhões, respectivamente. As receitas financeiras da Companhia são provenientes, principalmente, de (i) aplicações em títulos e valores mobiliários, realizadas através de fundos exclusivos da Companhia e fundos não exclusivos; (ii) aplicações financeiras – a exemplo de Debêntures e CDBs , vinculados ao

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (iii) aplicações financeiras – a exemplo de LFTs, vinculados ao percentual de taxa Selic; e (iv) operações financeiras – a exemplo de Índice Ibovespa futuro e ETF (BOVA 11).

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### **Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:**

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 212 milhões em 2016 para R\$ 144 milhões em 2017, correspondente a um decréscimo de 32%, explicado principalmente pelo menor resultado de equivalência patrimonial (R\$ 111 milhões em 2017 vs. R\$ 257 milhões em 2016), devido à menor contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 36 milhões em 2017 vs. R\$ 181 milhões em 2016) e por outras despesas operacionais maiores (-R\$ 72 milhões em 2017 vs. -R\$ 2 milhões em 2016), causadas pela redução em -R\$ 69 milhões do valor realizável do ativo imobiliário “Torre 1º de Março”, que impactou o resultado da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliários S.A., parcialmente compensados pelo maior resultado financeiro líquido (R\$ 48 milhões em 2017 vs. -R\$ 110 milhões em 2016).

#### **Resultados operacionais, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, comparados com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:**

O lucro líquido consolidado da Companhia passou de R\$ 96 milhões em 2015 para R\$ 212 milhões em 2016, correspondente a um acréscimo de 120%, explicado principalmente pelo maior resultado de equivalência patrimonial (R\$ 257 milhões em 2016 vs. -R\$ 17 milhões em 2015), devido à maior contribuição da coligada Klabin S.A. (R\$ 181 milhões em 2016 vs. -R\$ 91 milhões em 2015) e por maiores outras receitas operacionais (R\$ 90 milhões em 2016 vs. R\$ 41 milhões em 2015), devido principalmente a maior alienação de ativos e por menor provisionamento de IR/CSSL diferido devido ao menor resultado dos fundos de investimentos exclusivos, parcialmente compensado pelo menor resultado financeiro líquido (-R\$ 112 milhões em 2016 vs. R\$ 145 milhões em 2015).

### **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Por ser uma *holding*, a Companhia depende de resultados positivos de seus investimentos e da distribuição de tais resultados pelas suas sociedades investidas (controladas em conjunto e coligadas), de modo que parcela substancial do resultado operacional da Companhia é composta pelo resultado de participações societárias (equivalência patrimonial). Portanto, qualquer variação das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços existentes na Klabin S.A., na Ultrapar Participações S.A. e nas participações imobiliárias e que tenham o potencial de afetar o lucro líquido de tais controladas em conjunto e coligadas, podem causar um efeito material no resultado de equivalência patrimonial da Companhia afetando desta forma a sua receita operacional.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Tendo em vista que parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia (resultado de equivalência patrimonial) decorre diretamente de sua participação nas coligadas Klabin S.A. e Ultrapar Participações

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

S.A., os impactos das variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. ([www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br)) e da Ultrapar Participações S.A. ([www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)), bem como no website da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

### Participações Imobiliárias

A Companhia também investe no setor imobiliário no Brasil estando sujeita a variação de preço dos seus estoques de imóveis a comercializar. Em 2017, em decorrência da compressão dos valores locatícios observados na Cidade do Rio de Janeiro, a Administração da Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. (“Novo Rio”) contratou uma avaliação independente para auferir o valor de mercado de seu ativo imobiliário “Torre 1º de Março”. O laudo apontou um valor realizável do ativo imobiliário de R\$ 88 milhões, abaixo do valor contábil de R\$ 157 milhões, resultando em um ajuste negativo no montante de R\$ 69 milhões. O resultado das participações imobiliárias no resultado da Companhia em 2017 foi de -R\$ 68 milhões.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Tendo em vista que, conforme exposto acima, parcela relevante das receitas auferidas pela Companhia decorre diretamente de sua participação societárias em Klabin S.A., Ultrapar Participações S.A. entre outras participações de menor porte, os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem impactar o resultado de equivalência patrimonial e por consequência a receita operacional da Companhia.

Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

Os comentários sobre os impactos da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Klabin S.A. e da Ultrapar Participações S.A. podem ser consultadas nos formulários de referência de tais investidas, os quais estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Klabin S.A. ([www.klabin.com.br](http://www.klabin.com.br)) e da Ultrapar Participações S.A. ([www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)), bem como no website da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

### Resultado Financeiro

*Variação no preço de ações e variação cambial* – fundos exclusivos e fundos não exclusivos - A Companhia mantém, através de seus fundos exclusivos e não exclusivos, investimentos em ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição ao dólar. Dessa forma, parcela dos resultados financeiros da Companhia está suscetível à variação nos preços de ações negociadas em bolsa e variação cambial, desse modo, a flutuação dos preços das ações negociadas em bolsa e do dólar afeta

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

o resultado dos fundos exclusivos e não exclusivos que detêm ações brasileiras e estrangeiras e ativos com exposição em dólar, afetando conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia.

*Varição no preço de ações – Índice Bovespa futuro e BOVA 11* – Com o intuito de proteger parte do seu patrimônio de cenários político e macroeconômico adversos, a Companhia aluga e vende a descoberto ações de BOVA11 e contratos de índice Bovespa futuro. Dessa forma, o resultado referente a estas operações está suscetível à valorização do Índice Bovespa, afetando negativamente o resultado financeiro da Companhia.

*Varição cambial* – Debêntures de Klabin S.A. - Ainda, a Companhia detém debêntures conversíveis em ações emitidas pela Klabin S.A. cujo valor, para fins de atualização e cálculo de juros, é atrelado ao dólar, o que faz com que parcela dos resultados das debêntures esteja suscetível à variação cambial, afetando conseqüentemente o resultado financeiro da Companhia.

*Taxa de Juros* – Como a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e fundos de Renda Fixa, a redução da taxa de juros no período afetou negativamente a parcela dos resultados financeiros que está suscetível à variação das taxas de juros. Há também um financiamento atrelado à Taxa Referencial (TR) contraído pela controlada da Companhia, Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. A variação dos juros referentes a tal financiamento, caso haja, impactam o resultado financeiro da Companhia.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais que tenham tido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

##### **(i) Extinção de controladas e fundo exclusivo**

A investida MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A investida MASA Corretagem de Seguros Ltda. foi extinta por decisão de seus sócios, conforme instrumento de distrato.

A Companhia liquidou e encerrou o Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo a Companhia assumido a carteira de seus ativos e passivos.

##### **(ii) Klabin S.A.**

A Companhia alienou 850.100 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

##### **(iii) Ultrapar Participações S.A.**

A Companhia alienou 1.374.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

##### **(iv) Novas participações**

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido pela Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

##### **(i) Fundos Exclusivos:**

O fundo exclusivo Oslo Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (“Fundo Oslo”) incorporou o Fundo de Investimento em Participações Petra e passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações. Em 2016, o Fundo Oslo passou a ser denominado Oslo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A carteira do Fundo Oslo

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

é composta, majoritariamente, pelo investimento na Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. e em cotas de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”).

(ii) Klabin S.A.

A Companhia alienou 5.858.700 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 435.300 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iv) Novas participações

A Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 25% do capital social da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A.. Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor.

A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 10 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

(i) Klabin S.A.

A Companhia alienou 1.393.400 Units da Klabin S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(ii) Ultrapar Participações S.A.

A Companhia alienou 167.500 ações ordinárias da investida Ultrapar Participações S.A., cujos recursos foram direcionados para investimentos, operações financeiras e caixa da Companhia.

(iii) Novas participações

A Companhia constituiu, através da controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., a Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A., detendo 52% do capital da investida.

A Companhia constituiu a controlada MASA Administradora de Recursos Financeiros Ltda., detendo 90% do capital da investida.

A Companhia constituiu a controlada MASA Mineração Ltda., detendo 99,99% do capital da investida.

A Companhia adquiriu participação de 90% do capital social da Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

### **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Exceto conforme mencionado acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, 2016 e 2015 que tiveram impactos significativos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável, considerando que não houve alterações significativas nas práticas contábeis que ensejaram efeitos significativos nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

### **c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não houve ressalvas e/ou ênfases nos pareceres do auditor independente em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015 da Companhia.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas, as quais, caso alteradas, podem acarretar uma alteração contábil relevante nas demonstrações financeiras do emissor e que requerem o uso de estimativas e julgamentos subjetivos necessários para auferir os valores apresentados nas demonstrações financeiras.

As premissas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram baseadas em conhecimento e experiência da Administração, de especialistas e de auditores.

Avaliação de influência significativa nas investidas Klabin S.A. e Ultrapar Participações S.A.

No final do exercício social de 2017, a Monteiro Aranha S.A. detinha 6,81% da Klabin S.A. (“Klabin”) e 4,22% da Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”), percentuais inferiores aos destacados pelo CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e no IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures como indicadores de influência significativa em uma investida. Por esse motivo a Administração precisa exercer julgamento e buscar outros indicativos para determinar a existência dessa influência significativa nas duas investidas que suporte a consequente aplicação do método de equivalência patrimonial para valorização desses investimentos. A existência de influência significativa por investidor geralmente pode ser evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de Administração ou na Diretoria da investida; (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições; (c) operações materiais entre o investidor e a investida; (d) intercâmbio de diretores ou gerentes; e (e) fornecimento de informação técnica essencial. O saldo de investimento que a Companhia possui nas duas investidas perfaziam o montante de R\$ 889 milhões que representa cerca de 57% do ativo individual e 55% ativo consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, durante o ano de 2017 a Companhia registrou o montante de R\$ 105 milhões relativo a receita de equivalência patrimonial advinda do resultado apurado pelas duas investidas, o montante representa cerca de 73% do lucro líquido individual e consolidado da Monteiro Aranha S.A. em 31 de dezembro de 2017.

A avaliação da influência significativa nos investimentos que a Companhia possui na Klabin e Ultrapar foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria considerando a magnitude dos valores envolvidos, o percentual de participação abaixo de 20% que a Companhia possui nas duas investidas e o fato do processo de avaliação da influência significativa nesses casos envolver a avaliação de outros aspectos qualitativos e de julgamento com utilização de informações subjetivas.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) procedimentos de indagação aos representantes da Companhia no Conselho de Administração das duas investidas; (ii) avaliação da assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração dos representantes da Companhia nas duas investidas; (iii) inspeção do acordo de acionistas das investidas que evidenciam como serão a distribuição das cadeiras no Conselho de Administração; e (iv) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas para determinação da influência significativa nas investidas.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre a avaliação da influência significativa da Companhia nas investidas Klabin e Ultrapar e consequente utilização do método da equivalência patrimonial para sua valorização em 31 de dezembro de 2017 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar

Os estoques de imóveis a comercializar da Companhia são demonstrados pelo custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas, não excedendo seu valor líquido de realização. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado através de suas vendas uma redução do valor recuperável é reconhecida no exercício em que foi determinado que o valor contábil não seja recuperável.

O valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar é revisado pela Administração anualmente levando em consideração estudos de viabilidades dos projetos, cotações de mercado, laudos de especialistas externos, dentre outras premissas. A revisão do valor recuperável efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 resultou no registro de uma provisão de R\$ 69 milhões.

Nos procedimentos de auditoria foram incluídos, entre outros: (i) a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a avaliação dessa estimativa; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para auxiliar na análise e revisão de laudos externos obtidos pela Administração para suportar o valor recuperável; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Os resultados dos procedimentos de auditoria sobre o teste do valor recuperável dos estoques de imóveis a comercializar em 31 de dezembro de 2017 foram consistentes com a avaliação da Administração, e foram considerados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

### **i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades que não estivessem evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos relevantes de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **iv. contratos de construção não terminada**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de construção não terminada que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estivessem evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("SPE"), da qual a Companhia detém indiretamente 40%, possui financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 92 milhões, destes, R\$ 86 milhões haviam sido utilizados até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Na mesma data a SPE possuía saldo em contas a receber de R\$ 61 milhões, além de estoque avaliado em R\$ 46 milhões. A Companhia é solidária pela parte do financiamento correspondente à sua participação na SPE.

## **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Além do exposto acima, não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do último exercício social.

**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Embora o estoque em conjunto com o contas a receber da controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A (“SPE”) sejam possivelmente suficientes para a quitação do mesmo, na eventualidade de ocorrerem rescisões contratuais (“distratos”) e processos judiciais contra a SPE que impactem adversamente o fluxo de caixa da mesma, a Companhia poderá ser chamada a aportar recursos na referida controlada em conjunto para amortização de dívidas, capital de giro, entre outras despesas operacionais e financeiras, impactando desta forma o caixa e o resultado operacional da Companhia.

**b) natureza e o propósito da operação**

O financiamento citado no item 10.6 (b), detido pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A, destinou-se à construção do empreendimento.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

O valor do financiamento citado no item 10.6 (b), contratado pela controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A., é de R\$ 92 milhões, sendo a Companhia solidária com 40% desse valor, participação igual a sua participação no capital social da controlada em conjunto.

## 10.8 - Plano de Negócios

### a) investimentos, incluindo:

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Dentre os projetos concluídos em 2017, destaca-se o empreendimento “Torre 1º. de Março”, padrão “AAA”, no Centro do Rio de Janeiro, cuja entrega ocorreu em maio de 2017. Para construção desse empreendimento, foi contratado um financiamento no valor de R\$ 61 milhões, cujo vencimento ocorrerá em até 60 meses a partir de janeiro de 2018. Há a expectativa de que haverá necessidades de aportes por parte da Companhia na sua controlada Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A., proprietária do empreendimento “Torre 1º. de Março”, para amortização desse financiamento.

Também em 2017, a controlada em conjunto Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. concluiu e entregou o prédio residencial composto de 470 unidades, denominado “Nobre Norte Residencial”, localizado próximo ao “Norte Shopping”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 40% de participação em parceria com a Cyrela Brazil Realty S.A Empreendimentos e Participações, que detém 60%.

Ainda em 2017, a controlada em conjunto PRS XXIV Incorporadora Ltda. lançou empreendimento residencial composto de 120 unidades, denominado “Reserva do Conde”, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%.

Em 2016, a Companhia adquiriu, através da sua controlada Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A., 25% do capital social da HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento e o lançamento está previsto para ocorrer apenas em 2019.

Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.

Em 2015, a controlada em conjunto Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. adquiriu terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O empreendimento já teve licenças e projeto aprovados e aguarda condições mercadológicas propícias para seu lançamento.

## 10.8 - Plano de Negócios

Em 2017, Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões. Até o final do exercício de 2017, a Companhia havia integralizado R\$ 7,1 milhões nestes fundos.

Para os próximos cinco anos, estão previstos investimentos no valor de R\$30 milhões nos investimentos imobiliários acima relacionados.

### ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para investimentos, inclusive para aquisição de participações societárias tem sido as próprias disponibilidades e capacidades de geração de caixa da Companhia por meio de seus investimentos.

Já os investimentos imobiliários são efetivados através de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que além do capital próprio investido pelos seus acionistas, contam com financiamento bancário para a produção e desenvolvimento, a maioria no âmbito do SFH.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Considerando que a Companhia é uma sociedade de participações, decisões de investimento e desinvestimento são naturais em suas operações. As decisões de investimentos ou desinvestimentos são aprovadas pelos órgãos decisórios da Companhia de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

Não obstante, os Diretores da Companhia esclarecem que não existem, neste momento, desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

#### **b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há.

#### **c) novos produtos e serviços, indicando:**

##### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não há pesquisas em andamento já divulgadas.

##### **ii. montante total gasto pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

## 10.8 - Plano de Negócios

Não há pesquisas em andamento.

### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os seguintes projetos encontram-se em desenvolvimento:

- “Alphaville Campo Largo” – Em 2015, foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade dessa sociedade. O projeto relacionado à parceria se encontra em fase preliminar e dependerá de estudos e providências a serem realizados, como a obtenção das licenças costumeiras, estimando-se, assim, que a sua conclusão somente possa vir a ocorrer a médio prazo.
- HESA 159 – Investimentos Imobiliários S.A. – Investimentos Imobiliários S.A. – Investimentos Imobiliários S.A. – Trata-se de terreno para desenvolvimento de empreendimento misto localizado em São Paulo em parceria com a Helbor. A aprovação do projeto encontra-se em andamento.
- Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. – Terreno para desenvolvimento de empreendimento residencial localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. O empreendimento já teve licenças e projeto aprovados e aguarda condições mercadológicas propícias para seu lançamento.
- “Reserva do Conde” – Empreendimento residencial composto de 120 unidades, localizado na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, no qual a Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. detém 25% de participação, em parceria com a Concal Construtora Conde Caldas Ltda., que detém 25%, e Minas Rio Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (empresa pertencente ao Grupo Roma), que detém 50%. O empreendimento foi lançado no último trimestre de 2017.
- Fundos de Transmissão de Energia Elétrica – A Companhia se comprometeu a realizar aportes de até R\$ 46,2 milhões ao longo de cinco anos em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) dedicados ao desenvolvimento de projetos de transmissão de energia elétrica. Junto ao compromisso assumido em 2016, o valor total comprometido por Companhia passou a ser de R\$ 56,2 milhões.

### iv. montante total gasto pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia gastou no desenvolvimento dos projetos citados no item anterior o monte total de R\$ 38,2 milhões.

**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção, incluindo informações relevantes sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Conforme a faculdade estabelecida nos termos do artigo 20 da Instrução CVM n.º 480/09, a Companhia adota a opção de não divulgar projeções, de qualquer natureza, relacionada à Companhia ou a suas atividades.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Conforme faculdade estabelecida nos termos do artigo 20 da Instrução CVM n.º 480/09, a Companhia adota a opção de não divulgar projeções, de qualquer natureza, relacionadas à Companhia ou suas atividades.

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia tem sua estrutura administrativa composta por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal não permanente; e (iv) Comitê de Coordenação Executiva.

### a. atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração

Conforme disposições estatutárias, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros, todos acionistas residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Poderá a Assembleia Geral Ordinária designar membros suplentes para a totalidade ou parte dos conselheiros eleitos.

Em complemento, o Estatuto Social prevê que a Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração indicará seu Presidente e 2 (dois) Vice-Presidentes.

Atualmente o Conselho de Administração é formado por 6 (seis) membros efetivos e 6 (seis) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018.

Nos termos do Estatuto Social e do seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação e as normas gerais dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto;
- (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos, inclusive através de acesso direto aos sistemas informativos da Companhia;
- (iv) convocar a Assembleia Geral Ordinária, anualmente, e a Extraordinária quando julgar necessário;
- (v) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria;
- (vi) escolher e destituir Auditores Independentes;
- (vii) elaborar proposta sobre a distribuição de dividendos, a emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- (viii) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos que envolvam responsabilidade da Companhia e excedem a administração normal;
- (ix) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, quando estes bens e garantias excederem, em cada operação, ou conjunto de operações efetuadas no decurso do mesmo período anual, ao valor equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social integralizado da Companhia;
- (x) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia nas condições e limites da Lei;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (xi) aprovar a participação da Companhia e de suas subsidiárias integrais no capital de outras empresas, tanto em novos negócios quanto em aumento de negócios nos quais já participem, sempre que o valor, em cada operação, ou conjunto de operações realizadas no decurso do mesmo período anual, ultrapassem 10% (dez por cento) do capital social integralizado da Companhia;
- (xii) aprovar a designação dos representantes da Companhia e de suas subsidiárias e controladas em todos os órgãos sociais de empresas controladas e coligadas.

Compete ao Presidente do Conselho de Administração, especificamente, conforme disposto no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração:

- (i) convocar Assembleia Geral nos termos da Lei ou quando autorizado pelo Conselho de Administração;
- (ii) convocar, orientar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) designar os substitutos provisórios dos membros do Conselho de Administração, na forma dos artigos 11 e 16 do Estatuto;
- (iv) participar, quando entender necessário, das reuniões de Diretoria, não lhe cabendo, contudo, direito de voto.

Adicionalmente, compete ao 1º Vice-Presidente substituir o Presidente nos seus impedimentos ocasionais, praticando todos os atos de competência do substituto. Não podendo o 1º Vice-Presidente exercer a substituição, caberá ao 2º Vice-Presidente exercê-la.

A Companhia informa que tem um Comitê de Coordenação Executiva previsto no art. 10, § 6º, do Estatuto Social, constituído em 25 de maio de 2009, e composto atualmente por 2 (dois) membros, a quem compete o acompanhamento e orientação de assuntos específicos desenvolvidos pela Diretoria, conforme definidos pelo Conselho de Administração. O Comitê de Coordenação Executiva não possui regimento interno próprio.

A Companhia também esclarece que não possui comitê de auditoria estatutário, e não possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

Por fim, a Companhia esclarece que não possui mecanismos formais de avaliação do trabalho da auditoria independente. Não obstante, o Conselho de Administração, nas deliberações referentes à escolha ou destituição dos auditores independentes, considera, dentre outras questões, fatores como a qualidade e resultados dos serviços prestados pelo auditor e a necessária independência e objetividade que devem pautar os trabalhos de auditoria externa, nos termos das normas aplicáveis.

### **b. atribuições da Diretoria**

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Conforme disposições estatutárias, a Diretoria é composta de, no mínimo 6 (seis) e no máximo 9 (nove) membros, sendo um Diretor Presidente, 3 (três) Diretores Vice-Presidentes, e os demais Diretores sem designação especial.

Os membros da Diretoria, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, serão eleitos pelo Conselho de Administração, devendo um deles ser escolhido pelo Conselho de Administração para exercer as funções de Diretor de Relações com Investidores.

Atualmente, a Diretoria é composta por 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) Diretores sem designação especial, sendo que um deles cumula as funções de Diretor de Relações com Investidores, tendo sido eleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19/12/2017, com mandato de 1 (um) ano.

Na forma do Estatuto Social da Companhia, compete a dois diretores em conjunto:

- (i) representar a Companhia em Juízo ou fora dele;
- (ii) constituir procuradores, "ad judicium" e "ad negotia", estes últimos sempre com prazo determinado e especificados os atos e operações que poderão praticar; e
- (iii) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Ainda de acordo com o Estatuto Social, compete à Diretoria em conjunto:

- (i) elaborar o orçamento anual e o fluxo de caixa da Companhia e suas revisões trimestrais;
- (ii) elaborar os estudos relativos a novos investimentos e submeter as respectivas propostas à apreciação do Conselho de Administração;
- (iii) aprovar a contratação de empregados em nível de Gerência e Assessoria, fixando-lhes a remuneração;
- (iv) aprovar a abertura e o fechamento de dependências, atribuir-lhes capital e nomear gerentes e encarregados;
- (v) estabelecer a política de pessoal; e
- (vi) zelar pela observância das leis, do Estatuto e das resoluções do Conselho de Administração.

Com relação às atribuições e poderes individuais dos membros da Diretoria, em linha com o Estatuto Social, compete:

- (a) ao Diretor Presidente: (i) presidir as reuniões de Diretoria, nas quais terá o voto de desempate; (ii) coordenar a ação dos demais diretores; (iii) cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as leis e as deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iv) representar a Companhia junto ao Governo e às entidades de Classe e desenvolver as relações públicas e com a imprensa.
- (b) aos Diretores Vice-Presidentes: (i) substituir, exercendo todos os poderes previstos no artigo 21 do Estatuto, o Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- ocasionais; e (ii) auxiliar e assessorar o Diretor Presidente, em todas as suas funções, bem como cooperar com a Diretoria na consecução do objetivo social; e
- (c) aos Diretores sem designação específica, a direção geral das tarefas de administração da Companhia, possuindo os poderes e funções que lhe forem atribuídos pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração;

Adicionalmente, conforme observado acima, ressalta-se que um dos Diretores será escolhido, pelo Conselho de Administração, para exercer as funções de Diretor de Relações com Investidores, cabendo-lhe: (i) as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; e (ii) a prestação de informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos da legislação e regulamentação aplicável.

Por fim, a Companhia esclarece que a Diretoria não possui regimento interno próprio.

### **c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente**

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, sendo instalado apenas nos exercícios em que acionistas que representem no mínimo 1/10 (um décimo) das ações com direito de voto requeiram a sua instalação. Nesse caso, a Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal deverá eleger, para constituí-lo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Se instalado, o Conselho Fiscal terá as competências previstas no art. 163 da Lei nº 6.404, de 1976 (“Lei das S.A.”).

O Conselho Fiscal da Companhia não possui regimento interno próprio e não foi instalado até a presente data.

### **d. mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao Conselho de Administração**

A Companhia não possui mecanismos de avaliação de seus órgãos.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e extraordinariamente, sempre que o exigirem os interesses e conveniências da Companhia, podendo, contudo, ser cumulativamente convocadas.

### **a) prazos de convocação:**

As Assembleia Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação.

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

### **b) competências:**

A Assembleia Geral é o órgão supremo para decidir sobre os negócios sociais e tomar as resoluções que julgar convenientes, tendo suas competências fixadas no artigo 122 da Lei 6.404/76.

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

### **c) endereços nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise:**

Endereços eletrônicos:

Web Site da Companhia: [www.monteiroaranha.com.br](http://www.monteiroaranha.com.br)

Web Site da CVM: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

Web Site da B3: [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)

Endereço físico (Sede Social da Companhia):

Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ – Brasil, CEP: 22430-060.

### **d) identificação e administração de conflitos de interesses:**

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não adota mecanismo específico de identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando as regras da legislação brasileira.

### **e) solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto:**

O Estatuto Social da Companhia não prevê regras diferenciadas de solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto. A Companhia adota a prática de solicitar a entrega de procuração com firma reconhecida em até três dias úteis antes da Assembleia Geral, conforme consta de seus editais de convocação.

### **f) formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:**

Na forma do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76, os acionistas podem ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores constituídos há menos de um ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia, advogados ou instituições financeiras administradores de fundos de investimentos.

A Companhia adota a prática de solicitar procuração com firma reconhecida e cópia autenticada dos documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, bem como exige do procurador documento de identificação com foto. Em relação aos acionistas estrangeiros, a Companhia exige, ainda, que os documentos sejam notariados, consularizados e traduzidos na forma juramentada.

Os procuradores e os representantes de acionistas poderão participar das Assembleias Gerais desde que tenham depositado, na sede social, até três dias úteis antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral, os respectivos instrumentos de mandato e de representação. Os documentos deverão ser encaminhados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, no endereço Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060. Caso não tenham sido depositados os instrumentos de mandato e de representação no prazo mencionado acima, os procuradores e os representantes de acionistas poderão participar da Assembleia Geral, desde que compareçam munidos com os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes.

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

**g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização:**

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar o boletim de voto a distância e documentos abaixo relacionados à Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101 - parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores:

- (i) via física do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida; e
- (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) no caso de pessoas físicas: documento de identidade com foto.

(b) no caso de pessoas jurídicas: (i) último Estatuto Social ou Contrato Social consolidado; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

(c) no caso de fundos de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos representantes legais.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida.

No caso de acionistas estrangeiros, a Companhia exige, ainda, que os documentos sejam notariados, consularizados e traduzidos na forma juramentada.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, por correio postal, até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral.

Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/2009, em até 3 (três) dias do recebimento boletim de voto a distância e respectiva documentação, a Companhia deve comunicar ao acionista: (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância.

Serão desconsiderados os votos proferidos por acionistas nos casos em que o boletim de voto a distância e/ou os documentos de representação dos acionistas elencados acima sejam enviados (ou reenviados e/ou retificados, conforme o caso) fora dos prazos previstos neste item do Formulário de Referência.

### **h) se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

### **i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância:**

Nos termos do art. 21-A da Instrução CVM 594/2017 que alterou a Instrução CVM 481/2009, a Companhia disponibilizará o boletim de voto a distância: (i) por ocasião da Assembleia Geral Ordinária, (ii) sempre que a Assembleia Geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros: a) do Conselho Fiscal; ou b) do Conselho de Administração, e (iii) sempre que a Assembleia Geral Extraordinária for convocada para ocorrer na mesma data marcada para a Assembleia Geral Ordinária

Nessas Assembleias, em que o boletim de voto a distância será disponibilizado, faculta-se aos acionistas, observados os percentuais mínimos de participação previstos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II, a inclusão, no boletim, (a) de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, quando aplicável; e (b) de propostas de deliberação.

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no boletim de voto a distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao seguinte endereço: Av. Afrânio de Melo Franco 290, sala 101 – parte, Leblon, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22430-060, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou

## 12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

por meio do endereço eletrônico [invest@monteiroaranha.com.br](mailto:invest@monteiroaranha.com.br), respeitados os prazos e requisitos da Instrução CVM 481/2009.

**j) se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:**

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

**k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:**

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das Assembleias.

Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço. O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelos escrituradores.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas do boletim e dos documentos acima mencionados para o endereço eletrônico [invest@monteiroaranha.com.br](mailto:invest@monteiroaranha.com.br), sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do boletim de voto assinado e com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada dos documentos informados na alínea “g” acima, para Av. Afrânio de Melo Franco, 290, sala 101-parte, Leblon, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP 22430-060, até 7 (sete) dias antes da Assembleia Geral.

### **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

Conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho serão investidos, independentemente de caução, mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração" e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

Ainda, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas regularmente instaladas, quando convocadas, na forma do seu Regimento Interno, presentes a metade de seus membros ou, no caso de onze membros, um mínimo de 5 (cinco).

Os membros do Conselho de Administração serão representados por seus suplentes ou poderão se fazer representar nas reuniões do Conselho por qualquer dos seus colegas, por meio de procuração, que poderá ser outorgada por instrumento formal, ou mesmo carta, telegrama, correio eletrônico ou facsimile. Poderão os membros do Conselho de Administração votar diretamente por carta, telegrama, correio eletrônico ou facsimile, devendo neste caso este fato ser registrado em ata.

No caso de outorga de procuração de um dos membros do Conselho de Administração a outro, deverá levar-se em conta que os poderes outorgados valerão apenas para a reunião designada na procuração e que cada membro do Conselho de Administração não poderá representar mais de um Conselheiro.

Das reuniões do Conselho de Administração poderão participar, se assim for julgado conveniente pelo Conselho, um ou mais Diretores, não cabendo, porém, a estes direito de voto.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

O Conselho de Administração poderá constituir um Comitê de Coordenação composto por dois ou mais conselheiros, tendo por atribuições o acompanhamento e orientação dos assuntos específicos que lhe forem confiados e o qual disporá de apoio operacional nos escritórios da Companhia.

As Atas de Reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio.

Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o respectivo suplente assumirá o cargo até a primeira Assembleia Geral Ordinária. Na falta do respectivo suplente, o cargo permanecerá vago até a investidura do novo conselheiro eleito pela Assembleia Geral Ordinária que se realizar.

#### **a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, em cada trimestre e extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por um dos Vice-Presidentes.

No último exercício social foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias.

### **12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

#### **b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho**

Não há acordo firmado pelos acionistas da Companhia.

#### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas recomendadas e/ou exigidas pela legislação sobre operações com partes relacionadas, submetendo à aprovação dos seus órgãos de administração as matérias relacionadas a conflitos de interesse. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise, relacionadas a membros de órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, deliberando sobre a pauta os demais membros que não possuem relação com a matéria em exame.

#### **d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada**

A Companhia não possui uma política formal de indicação e preenchimento dos cargos do Conselho de Administração.

## **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Pedro Alberto Campbell Alquéres 024.837.327-71	17/08/1972 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	0 0.00%
José Luiz Alquéres 027.190.707-00	31/03/1944 Engenheiro	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	0 0.00%
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit 321.680.848-31	18/11/1982 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	3 85.71%
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto 054.656.617-04	16/05/1980 Administrador	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	3 0.00%
Pedro Alberto Guimarães Filho 846.021.807-44	29/11/1966 Internacionalista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	3 0.00%
Arnon Affonso de Farias Mello Neto 072.231.567-83	27/05/1976 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	0 0.00%
Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49	22/04/1947 Empresária	Pertence apenas ao Conselho de Administração 21 - Vice Presidente Cons. de Administração	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	13 0.00%
Roberto Duque Estrada de Sousa 016.468.087-03	11/12/1971 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	0 0.00%
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello 085.081.467-79	01/08/1978 Empresário	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração 38 - Conselheiro(Suplente)/ Dir. Rel. Invest.	27/04/2018 27/04/2018	3 anos Sim	3 0.00%

Diretor de RI - Reeleito em 19/12/2017 com mandato de 1 ano.

**12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	14/08/1957	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	13
428.912.807-68	Empresária	37 - Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.	27/04/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Coordenação - Diretora Vice-Presidente reeleita em 19/12/2017 com mandato de 1 ano.					
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	07/04/1944	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	15
007.260.287-20	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	27/04/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Coordenação - Diretor Presidente reeleito em 19/12/2017 com mandato de 1 ano.					
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	16/11/1972	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	27/04/2018	3 anos	4
725.095.897-68	Economista	39 - Outros Conselheiros / Diretores	27/04/2018	Sim	100.00%
1º Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor reeleito em 19/12/2017 com mandato de 1 ano.		Membro Efetivo do Conselho de Administração - Diretor			

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Pedro Alberto Campbell Alquéres - 024.837.327-71

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É advogado integrante da sociedade de advogados Ulhôa Canto, Rezende e Guerra. Vogal da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA. É Membro do Conselho de Administração da CEG e CEG/Rio. É Presidente do STJD do Atletismo e Auditor do STJD do Voleibol. Formado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, especializado na área Societária, de Mercado de Capitais e Tributária, com pós-graduação em Finanças na IBMEC. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, é considerado membro independente.

José Luiz Alquéres - 027.190.707-00

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Sócio-Diretor da JL Alquéres Consultores Associados e Sócio-Diretor da Edições de Janeiro. É membro do Conselho de Administração da Energisa, da Celesc, da QGEP Exploração e Produção de Petróleo, CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. É Vice-Presidente do CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Officier da Ordre National du Mérite (França) e Cidadão Honorário de Dakota do Norte (EUA). Foi Secretário Nacional de Energia e Presidente da CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. e MDU do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração de Itaipu, Eletrobrás, Furnas, Chesf, Eletrosul, Nuclen, Cesp, CPFL, Cemig, EDP e Vice-Presidente honorário do World Energy Council. Trabalhou no BNDES e foi diretor do BNDESPAR e da Cia. Bozano Simonsen. É membro de vários Conselhos Estratégicos, como Calyon-Crédit Lyonnais, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual e Rio Bravo, Signatura-Lazard Frères. Foi Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Formado em Engenharia Civil pela PUC/RJ, cursou Ciências Sociais no IFCS-UFRJ, com pós-graduação no Brasil, Estados Unidos e França.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, é considerado membro independente.

---

Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - 321.680.848-31

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.

É Sócio Fundador da Boa Consulta e da PROSPERITY Investimentos – Gestora de Private Equity. Trabalhou na corretora do Citigroup no Brasil, na área de venda de ações, e atuou como gestor de recursos do Smith Barney em Nova York. Formado em Administração pela Bentley University. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - 054.656.617-04

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Foi Presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM), órgão que coordenou as atividades municipais relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e Subsecretário da Secretaria de Transporte e da Secretaria de Conservação do Município do Rio de Janeiro. Trabalhou nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres, na área de Logística & Operações da Cidade. Formado em Administração pela PUC/RJ, com especialização em Marketing Esportivo e Broadcasting pela New York University (NYU). Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Pedro Alberto Guimarães Filho - 846.021.807-44

É membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. Foi Assessor de Relações Internacionais no Gabinete da Prefeitura do Rio de Janeiro. Formado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Metodista Bennett, com MBA em Relações Internacionais pela FGV/RJ. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Arnon Affonso de Farias Mello Neto - 072.231.567-83

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Vice-Presidente da National Basketball Association (NBA) para a América Latina. Fundou a Loops, uma startup de mídia digital. Trabalhou no Astor Group, no Barclays Capital e no Lehman Brothers. Formado em Economia pela Universidade de Chicago, com MBA pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e mestrado em Administração Pública pela Harvard University. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Não exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Declara ser pessoa politicamente exposta.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Ana Maria Monteiro de Carvalho - 955.713.968-49

É 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Roberto Duque Estrada de Sousa - 016.468.087-03

É membro efetivo do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Sócio Fundador da Sociedade de advogados Xavier, Duque Estrada, Emery, Denardi Advogados. É consultor da Comissão de Combate ao Mercado Ilegal - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Empresarial de Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro. É colunista do site Consultor Jurídico (CONJUR) e autor de artigos técnicos em matéria tributária. Foi Diretor da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), da Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, da International Fiscal Association (IFA); do Institute for International Taxation, Inc. (IITI). Foi professor de Direito Tributário Internacional na PUC/RJ, com especialização em Direito Tributário.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello - 085.081.467-79

É Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.

É membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. Foi Sócio-Diretor da filial brasileira da Astor Group, empresa americana especializada em fusões e aquisições. Foi Sócio Fundador e Diretor da Charles River Capital. Formado em Relações Exteriores por Georgetown University (magna cum laude), com MBA pela Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Declara ser pessoa politicamente exposta.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

É Diretora Vice-Presidente e membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

É Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.; É Presidente do Conselho Diretor da Fundação São Joaquim de Assistência Social. Trabalhou na Volkswagenwerk (Alemanha) e na J. Henry Schroder Bank (Londres). Formado pela Escola Superior de Guerra e em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule (Alemanha). Fez curso de extensão na Universidade da Califórnia de San Diego. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

---

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 725.095.897-68

É Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. Foi Assistant Manager na IBJ Schroder Bank (NY). Formado em Economia pela PUC/RJ, com MBA em Fordham University (EUA). Cursou o programa Owner/President Management Program (OPM) em Harvard Business School. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

**12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresária	25/05/2009	Indeterminado	100.00%
428.912.807-68	Comitê de Coordenação Executiva		14/08/1957	25/05/2009	1	
Membro suplente do Conselho de Administração e Diretora Vice-Presidente						
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	25/05/2009	Indeterminado	100.00%
007.260.287-20	Comitê de Coordenação Executiva		07/04/1944	25/05/2009	1	
Presidente do Conselho de Administração e Diretor - Presidente						
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>						

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - 428.912.807-68

É Diretora Vice-Presidente e membro suplente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A.

Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor. De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - 007.260.287-20

É Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. É Presidente do Conselho Diretor da Fundação São Joaquim de Assistência Social. Trabalhou na Volkswagenwerk (Alemanha) e na J. Henry Schroder Bank (Londres). Formado pela Escola Superior de Guerra e em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule (Alemanha). Fez curso de extensão na Universidade da Califórnia de San Diego. Declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Exerceu nos últimos 5 anos cargo em empresa que integra o grupo econômico do emissor ou que é controlada por acionista do emissor que detenha participação direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, não é considerado membro independente.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor e membro do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho Diretora	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Timbutuva Empreendimentos Ltda      04.812.890/0001-97      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Diretor

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92  
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92  
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.      09.566.418/0001-35      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92  
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor e membro do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e membro do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<b>Pessoa relacionada</b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Administrador do emissor ou controlada**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      C.E.J.M.C. Participações Ltda      00.119.692/0001-91  
Diretora

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      Old Rose INC      09.292.045/0001-51  
Diretora

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello      085.081.467-79      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho      428.912.807-68      Monteiro Aranha International Limited      05.733.954/0001-27  
Diretora

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Pedro Alberto Campbell Alquéres      024.837.327-71      Monteiro Aranha S.A      33.102.476/0001-92      Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
José Luiz Alquéres	027.190.707-00	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro Efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e membro do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães Membro do Conselho de Administração	052.549.977-61	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor	725.095.897-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor	725.095.897-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92  
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e do membro do Comitê de Coordenação Executiva

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha Participações S.A. 28.021.590/0001-58  
Diretora e Membro do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração

**Pessoa relacionada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Old Rose INC 09.292.045/0001-51  
Diretora

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	260.659.917-91	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor e membro do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	A.M.C. Participações Ltda.	00.214.211/0001-27	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidnte do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho Diretor	260.659.917-91	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<b>Observação</b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<b><u>Observação</u></b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
<b><u>Observação</u></b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	19.470.864/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	12.293.642/0001-05	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<u>Observação</u>				
-----				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Membro do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho 260.659.917-91 Monteiro Aranha International Limited 05.733.954/0001-27  
Diretor

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha International Limited 05.733.954/0001-27  
Diretor

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. 17.723.993/0001-22 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92  
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Observação

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor e Membro do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Membro do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretor				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-------------------------------------	----------------	--	--------------------	---

Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
---	----------------	---------------------	--------------------	--

Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	---

Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
---	----------------	---------------------------------	--------------------	--

Diretora

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
-------------------------------------	----------------	---------------------	--------------------	---

Diretor Presidente , Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Old Rose INC	09.292.045/0001-51	
---	----------------	--------------	--------------------	--

Diretora

Observação

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Presidente do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coodenação Executiva	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	260.659.917-91	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Monteiro de Carvalho	955.713.968-49	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretora				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho	260.659.917-91	Monteiro Aranha International Limited	05.733.954/0001-27	
Diretor				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha International Limited 05.733.954/0001-27  
Diretora

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Ana Maria Monteiro de Carvalho 955.713.968-49 Monteiro Aranha Participações S.A. 28.021.590/0001-58  
Membro do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A 33.102.476/0001-92 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)  
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 A.M.C. Participações Ltda. 00.214.211/0001-27  
Diretora

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor-Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	C.E.J.M.C. Participações Ltda	00.119.692/0001-91	
Diretor				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
Diretora				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho	007.260.287-20	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretora e membro do Conselho de Administração				
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor e Membro do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Administrador do emissor ou controlada**

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães      725.095.897-68      Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.      19.700.405/0001-60      Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

Diretor

**Pessoa relacionada**

Pedro Alberto Guimarães Filho      846.021.807-44      Monteiro Aranha S.A.      33.102.476/0001-92

Membro suplente do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães      725.095.897-68      M.A. Investimentos Imobiliários S.A.      19.470.864/0001-03      Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

Diretor

**Pessoa relacionada**

Pedro Alberto Guimarães Filho      846.021.807-44      Monteiro Aranha S.A.      33.102.476/0001-92

Membro suplente do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães      725.095.897-68      Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.      12.293.642/0001-05      Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

Diretor

**Pessoa relacionada**

Pedro Alberto Guimarães Filho      846.021.807-44      Monteiro Aranha S.A.      33.102.476/0001-92

Membro suplente do Conselho de Administração

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor	725.095.897-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor	725.095.897-68	Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A.	21.719.145/0001-17	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Pedro Alberto Guimarães Filho Membro suplente do Conselho de Administração	846.021.807-44	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães Membro do Conselho de Administração	052.549.977-61	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor	085.081.467-79	Three o Five Participações S.A.	11.515.233/0001-43	
<b>Observação</b>				
<hr/>				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b>Observação</b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Administrador do emissor ou controlada**

Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	---------------------	--------------------	--

**Pessoa relacionada**

Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit Membro suplente do Conselho de Administração	321.680.848-31	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
--	----------------	---------------------	--------------------	--

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	---------------------	--------------------	--

**Pessoa relacionada**

Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
---	----------------	---------------------	--------------------	--

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
---	----------------	--------------------------------	--------------------	--

**Pessoa relacionada**

Arnon Affonso de Farias Mello Neto Membro efetivo do Conselho de Administração	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
---	----------------	---------------------	--------------------	--

**Observação****Administrador do emissor ou controlada**

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<b>Pessoa relacionada</b>				
Arnon Affonso de Farias Mello Neto	072.231.567-83	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro efetivo do Conselho de Administração				
<b>Observação</b>				
-----				
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.	33.053.976/0001-81	
Diretor				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora Vice-Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha Participações S.A.	28.021.590/0001-58	
Diretor				
<u>Observação</u>				
-----				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretora				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello	085.081.467-79	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. 09.566.418/0001-35 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)  
Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello 085.081.467-79 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho 428.912.807-68 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)  
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello 085.081.467-79 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho 007.260.287-20 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)  
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva

Pessoa relacionada

Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto 054.656.617-04 Monteiro Aranha S.A. 33.102.476/0001-92  
Membro suplente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor	007.260.287-20	Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Presidente do Conselho de Administração	007.260.287-20	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	09.566.418/0001-35	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Membro do Conselho de Administração	007.260.287-20	Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto Membro suplente do Conselho de Administração	054.656.617-04	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
José Luiz Alquéres Membro efetivo do Conselho de Administração	027.190.707-00	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
Pedro Alberto Campbell Alquéres	024.837.327-71	Monteiro Aranha S.A	33.102.476/0001-92	
Membro suplente do Conselho de Administração				

**Observação**  
.....

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva			

Pessoa Relacionada

Old Rose INC	09.292.045/0001-51		
Diretora			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva			

Pessoa Relacionada

Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97		
Diretora			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva			

Pessoa Relacionada

Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22		
Membro do Conselho de Administração			

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Timbutuva Empreendimentos Ltda Diretor	04.812.890/0001-97		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b> Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Presidente do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor	28.021.590/0001-58		
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda. Diretor e membro do Conselho de Administração	17.723.993/0001-22		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
MASA Mineração Ltda.	22.395.280/0001-17		
Diretor			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Timbutuva Empreendimentos Ltda	04.812.890/0001-97		
Diretor			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	17.723.993/0001-22		
Diretor e Membro do Conselho de Administração			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	19.700.405/0001-60		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Diretor			
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Direta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Diretor	09.566.418/0001-35		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	12.293.642/0001-05		
<b>Observação</b>			
<hr/>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlada Indireta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Mapisa II Empreendimento Imobiliário S.A. Diretor	21.719.145/0001-17		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A. Membro do Conselho de Administração	09.566.418/0001-35		
<b><u>Observação</u></b>			
-----			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlador Direto

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretora e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
M.A. Investimentos Imobiliários S.A. Diretor	19.470.864/0001-03		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. Diretor	33.053.976/0001-81		
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Monteiro Aranha Participações S.A. Diretor e membro do Conselho de Administração	28.021.590/0001-58		

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Roberto Duque Estrada de Sousa Membro efetivo do Conselho de Administração	016.468.087-03	Controle	Controlador Direto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Old Rose INC Diretor	09.292.045/0001-51		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
<u>Observação</u>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b> Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração	725.095.897-68	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b> Monteiro Aranha International Limited Diretor	05.733.954/0001-27		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Ana Maria Monteiro de Carvalho 2ª Vice-Presidente do Conselho de Administração	955.713.968-49	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b> Monteiro Aranha International Limited Diretora	05.733.954/0001-27		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b> Three o Five Participações S.A. Diretora	11.515.233/0001-43		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b> Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlada Indireta
<b>Pessoa Relacionada</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
A.M.C. Participações Ltda. Diretora	00.214.211/0001-27		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho Diretora Vice Presidente, membro suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	428.912.807-68	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
C.E.J.M.C. Participações Ltda Diretora	00.119.692/0001-91		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Sergio Alberto Monteiro de Carvalho Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Coordenação Executiva	007.260.287-20	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
<b>Observação</b>			
<hr/>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração	085.081.467-79	Controle	Controlador Indireto
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Three o Five Participações S.A. Diretor	11.515.233/0001-43		
<b>Observação</b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

**Administrador do Emissor**

Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães  
Diretor e 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração

725.095.897-68

Controle

Controlador Indireto

**Pessoa Relacionada**

Three o Five Participações S.A.  
Diretor

11.515.233/0001-43

**Observação****Exercício Social 31/12/2016****Administrador do Emissor**

Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello  
Diretor de Relações com Investidores e membro suplente do Conselho de Administração

085.081.467-79

Controle

Controlada Direta

**Pessoa Relacionada**

Timbutuva Empreendimentos Ltda  
Diretor

04.812.890/0001-97

**Observação**

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia possui apólice de seguro para responsabilidade civil dos seus administradores, contratada junto à Zurich Minas Brasil Seguro S.A., para um período de dezoito meses, mediante pagamento do prêmio total no valor de R\$ 135,2 mil. A apólice garante o pagamento das perdas ao segurado, ao terceiro beneficiário, controlada ou subsidiária, conforme o caso, de acordo com as hipóteses previstas na apólice, até o limite máximo da importância segurada no valor de R\$ 30,0 milhões.

## **12.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### a) objetivos da política ou prática de remuneração

Apesar de a Companhia não possuir uma política de remuneração formalmente aprovada, as práticas de remuneração da Companhia têm por objetivo oferecer aos administradores da Companhia um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

#### b) composição da remuneração, indicando:

##### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

###### Conselho de Administração e Comitê de Coordenação Executiva

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva, eleitos pelo Conselho de Administração, é composta por remuneração fixa, que inclui honorários e benefícios diretos e indiretos, incluindo assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida entre outros. O objetivo desses elementos de remuneração é recompensar os membros do Conselho de Administração e do Comitê de Coordenação Executiva adequadamente, respeitando a legislação vigente.

###### Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária é composta por salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, incluindo assistência médica, plano de previdência privada, seguro de vida entre outros. O objetivo da remuneração é recompensar os membros da Diretoria Estatutária adequadamente, respeitando a legislação vigente.

###### Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, observará o previsto no § 3º do artigo 162 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), ou seja, será fixada pela Assembleia Geral que eleger seus membros, e será estabelecida, para cada membro em exercício, em valor equivalente a, no mínimo, 10% da remuneração média mensal de cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Nos últimos três exercícios sociais, o Conselho Fiscal não foi instalado.

##### ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2017	2016	2015
<b>Conselho de Administração</b>			
Honorários fixos:	54%	57%	63%
Benefícios:	<u>46%</u>	<u>43%</u>	<u>37%</u>
	100%	100%	100%

### 13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

#### Diretoria Estatutária

Honorários fixos:	76%	78%	83%
Benefícios:	<u>24%</u>	<u>22%</u>	<u>17%</u>
	100%	100%	100%

Os valores da remuneração total do Conselho de Administração incluem dados referentes aos membros do Comitê de Coordenação Executiva, uma vez que seus integrantes também são membros do Conselho de Administração.

#### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e reajuste de todos os elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária busca manter o poder aquisitivo dos honorários levando em consideração a inflação do período e é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta apresentada pela Administração da Companhia.

#### iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária se justifica em razão das atividades desenvolvidas pela Companhia, pelas responsabilidades por eles assumidas em razão de seus cargos, seu setor de atuação e busca assegurar um pacote de remuneração competitivo que os recompense adequadamente, respeitando a legislação vigente.

#### v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2017, 3 membros do Conselho de Administração renunciaram ao direito de receber pró-labore.

#### c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

#### d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária não é baseada em indicadores formais de desempenho.

#### e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração implementada pela Companhia alinha seus interesses de curto, médio e longo prazo, pois é transparente, competitiva e equilibrada, ocasionando assim engajamento e a retenção de seus principais administradores e executivos, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento da Companhia e de seus interesses no curto, médio e longo prazo.

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

#### **f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nos anos de 2017 e 2015, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária que tenha sido suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

#### **g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário.

#### **h) práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; iii) com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Os membros do Conselho de Administração participam no processo decisório que fixa a remuneração de seus membros e dos membros da Diretoria Estatutária. Os critérios e metodologia utilizados baseiam-se na manutenção do poder aquisitivo dos honorários, levando em consideração a inflação do período, não havendo a utilização de estudos das práticas de mercado. A avaliação da adequação dos honorários é feita anualmente pelo Conselho de Administração.

**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	4,00		10,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.800.000,00		7.200.000,00
Benefícios direto e indireto	440.000,00	1.470.000,00		1.910.000,00
Participações em comitês	1.160.000,00	0,00		1.160.000,00
Outros	312.000,00	1.360.000,00		1.672.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	945.000,00	945.000,00		1.890.000,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	Dado que o exercício social de 2018 é o exercício corrente, os números acima foram inseridos com base na previsão da Companhia, e consideram o número total de membros e a remuneração anual prevista pela Companhia, conforme requisitado pelo Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.257.000,00</b>	<b>10.575.000,00</b>		<b>13.832.000,00</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	4,00		13,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00		10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	360.000,00	6.668.048,72		7.028.048,72
Benefícios direto e indireto	867.815,78	1.262.664,26		2.130.480,04

Participações em comitês	1.140.488,36	0,00		1.140.488,36
Outros	300.097,67	1.333.609,74		1.633.707,41
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	479.932,80	816.146,88		1.296.079,68
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Não houve substituição no Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / N° 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais		
<b>Total da remuneração</b>	<b>3.148.334,61</b>	<b>10.080.469,60</b>		<b>13.228.804,21</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,67	4,00		13,67
Nº de membros remunerados	6,67	4,00		10,67
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	400.000,00	6.270.236,40		6.670.236,40
Benefícios direto e indireto	1.047.308,61	1.732.458,47		2.779.767,08
Participações em comitês	993.845,20	0,00		993.845,20
Outros	278.769,04	1.254.047,28		1.532.816,32
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Houve redução de um membro do Conselho de Administração por falecimento durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Não houve substituição na Diretoria Estatutária durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular / CVM / SEP / Nº 02/2018 e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.719.922,85	9.256.742,15		11.976.665,00

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,75	4,00		14,75
Nº de membros remunerados	8,00	4,00		12,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	485.000,00	5.690.940,00		6.175.940,00
Benefícios direto e indireto	755.511,94	1.247.638,14		2.003.150,08
Participações em comitês	779.794,00	0,00		779.794,00
Outros	252.958,80	1.138.188,00		1.391.146,80
Descrição de outras remunerações fixas	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA	INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	250.000,00		250.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	50.000,00		50.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS - ÔNUS DA COMPANHIA		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Houve renúncia de um membro do Conselho de Administração durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2018, e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Houve a renúncia do Diretor Presidente e de Relação com Investidores, e a eleição de novo Diretor Presidente e de novo Diretor de Relação com Investidores durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O número de membros total foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2018, e corresponde à média anual do número de membros apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.273.264,74	8.376.766,14		10.650.030,88

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não há remuneração variável prevista para o exercício social corrente para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, e não ocorreu pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos exercícios sociais encerrados em 31/12/2017 e 31/12/2016.

No exercício social encerrado em 31/12/2015, houve o pagamento de remuneração variável para um membro da Diretoria Estatutária no mês de janeiro, cuja metodologia foi aplicação do percentual de 1% sobre os proventos distribuídos. A partir do mês de fevereiro de 2015, tal benefício foi extinto. A tabela abaixo descreve a remuneração variável referente ao exercício social encerrado em 31/12/2015:

#### Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N.º total de membros	10,75	4,00		14,75
N.º de membros remunerados	0	1		1
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	250.000,00		250.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	250.000,00		250.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	250.000,00		250.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	250.000,00		250.000,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0		0
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	0	0		0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0		0

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações no exercício social corrente e não havia plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia em vigor no último exercício social

**13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais, e não há remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária da Companhia.

### **13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não havia opções em aberto para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Nos últimos três exercícios sociais, não foram exercidas opções e não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e para a Diretoria Estatutária, tendo em vista que a Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações.

**13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, tendo em vista que (1) a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações; (2) não havia opções em aberto no final do último exercício social; e (3) não foram exercidas opções e nem houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

### 13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

<b>Ações emitidas pela Monteiro Aranha S.A.</b>						
	<b>Participação Direta</b>		<b>Participação Indireta</b>		<b>Participação Total</b>	
	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>%</b>
<b>Conselho de Administração</b> <sup>1</sup>	<b>4.008.283</b>	<b>32,72%</b>	<b>2.029.723</b>	<b>16,57%</b>	<b>6.038.006</b>	<b>49,28%</b>

<sup>1</sup> Inclui os valores mobiliários detidos por membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração que também exercem cargos na Diretoria Estatutária.

Não existem outras ações, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, detidos pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e/ou do Conselho Fiscal que não tenham sido reportados acima.

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

<u>Ano: 2017</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Número total de membros</b>	9	4
<b>Número de membros remunerados</b>	1	4
<b>Nome do plano</b>	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL	Bradesco FIC de Fundo de Investimento PGBL
<b>Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar</b>	1	3
<b>Condições para se aposentar antecipadamente</b>	Não há	Não há
<b>Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	R\$ 6.827.717	R\$ 11.649.591
<b>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	R\$ 479.933	R\$ 816.147
<b>Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</b>	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição	Sim. É possível fazer o resgate proporcional, desde que o beneficiário possua 10 anos de contribuição

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b>Nº de membros</b>	4,00	4,00	4,00	9,00	9,67	10,75
<b>Nº de membros remunerados</b>	4,00	4,00	4,00	6,00	6,67	8,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	2.916.991,49	2.567.814,27	2.379.183,84	1.642.566,98	1.213.677,38	1.103.611,77
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	2.257.929,15	2.103.725,05	1.753.558,39	72.000,00	48.000,00	48.000,00
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	2.571.291,38	2.314.185,54	2.094.191,54	492.195,11	407.784,54	284.158,09

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2017</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
<b>31/12/2016</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
<b>31/12/2015</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados

Conselho de Administração	
<b>31/12/2017</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
<b>31/12/2016</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados
<b>31/12/2015</b>	Média realizada utilizando-se o número de membros remunerados

### **13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Porém, é praxe da Companhia conceder uma bonificação quando do desligamento de um administrador de suas funções em razão de aposentadoria ou término do contrato de trabalho.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores****% Remuneração das Partes Relacionadas/Total das Remunerações**

<b>Exercício Social</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
2017	98%	100%	99%
2016	96%	100%	99%
2015	90%	95%	94%

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não existem valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos três últimos exercícios sociais.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

No exercício social de 2017, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

No exercício social de 2016, houve remuneração a título de pró-labore (remuneração fixa) a membros da Diretoria Estatutária no valor de R\$ 21.120,00, suportada pela controlada Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.

**Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor		21.120,00		21.120,00
Sociedades sob controle comum				0,00

**Exercício social 2016 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total R\$
Controladores diretos e indiretos				0,00
Controladores do emissor				0,00
Sociedades sob controle comum				0,00

No exercício social de 2015, não houve remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Coordenação Executiva e da Diretoria Estatutária reconhecida no resultado de controladas, sociedades sob controle comum e/ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

A Companhia esclarece que não houve instalação do Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**14.1 - Descrição dos recursos humanos****a) Empregados:**

Número de Empregados no RJ					
Ano 2017	35	Ano 2016	36	Ano 2015	43

**b) Terceirizados:**

Número de Terceirizados no RJ					
Ano 2017	0	Ano 2016	0	Ano 2015	1

**c) Índice de rotatividade**

Índice de Rotatividade no RJ – Desligamento Voluntário					
Ano 2017	3%	Ano 2016	16%	Ano 2015	4%

**14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

O comportamento observado em 2016, no quadro de pessoal no item 14.1, deveu-se à melhoria de processos e otimização de recursos humanos da Companhia.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

#### **a. política de salários e remuneração variável**

A Companhia busca manter a competitividade da remuneração dos colaboradores frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que permitam atingir seus objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

A remuneração fixa dos colaboradores da Companhia é reajustada anualmente mediante negociação, na data base do acordo coletivo da categoria preponderante dos empregados. O reajuste também pode ser concedido por mérito, promoção ou enquadramento, com a finalidade de reconhecer e recompensar o desempenho e a evolução profissional dos colaboradores.

#### **b. política de benefícios**

Com relação aos benefícios, a Companhia oferece aos seus colaboradores seguro de saúde, seguro de vida, vale refeição, vale transporte, previdência privada e auxílio remédio.

#### **c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui plano de remuneração variável ou baseado em ações.

#### **14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

A relação com os sindicatos obedece a legislação trabalhista em vigor.

Nos últimos três exercícios sociais, não houve paralisações e greves.

## **14.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Caixa Econômica Montepio Geral</b>						
24.780.229/0001-54	Portuguesa	Não	Não	30/04/2018		
Não						
	1.262.743	10,307000%	0	0,000000%	1.262.743	10,307000%
<b>Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello</b>						
085.081.467-79	Brasileira-RJ	Não	Sim	27/11/2015		
Não						
	203.669	1,662000%	0	0,000000%	203.669	1,662000%
<b>Bradesco Seguros S.A.</b>						
33.055.146/0001-93	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2018		
Não						
	1.562.721	12,756000%	0	0,000000%	1.562.721	12,756000%
<b>Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha Faria</b>						
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/12/2017		
Não						
	56.993	0,465000%	0	0,000000%	56.993	0,465000%
<b>Monteiro Aranha Participações S.A.</b>						
28.021.590/0001-58	Brasileira-RJ	Não	Sim	03/06/2015		
Não						
	216.524	1,767000%	0	0,000000%	216.524	1,767000%

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)</b>						
018.346.197-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
1.168.815	9,540000%	0	0,000000%	1.168.815	9,540000%	
<b>Rui Manuel de Medeiros D'Espiney Patrício</b>						
656.812.078-20	Portuguesa	Não	Sim	02/06/2017		
Não						
187.500	1,530000%	0	0,000000%	187.500	1,530000%	
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
1.334.177	10,890000%	0	0,000000%	1.334.177	10,890000%	
<b>Ana Maria Monteiro de Carvalho</b>						
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
741.089	6,049000%	0	0,000000%	741.089	6,049000%	
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017		
Não						
1.364.300	11,136000%	0	0,000000%	1.364.300	11,136000%	

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho</b>						
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
1.191.463	9,725000%	0	0,000000%	1.191.463	9,725000%	
<b>Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnero</b>						
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
119.927	0,979000%	0	0,000000%	119.927	0,979000%	
<b>Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnero</b>						
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
119.927	0,979000%	0	0,000000%	119.927	0,979000%	
<b>Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnero</b>						
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
119.927	0,979000%	0	0,000000%	119.927	0,979000%	
<b>Old Rose INC</b>						
09.292.045/0001-51	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	28/02/2013		
Sim	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho		Física	428.912.807-68		
221.040	1,804000%	0	0,000000%	221.040	1,804000%	

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.</b>						
33.053.976/0001-81	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/05/2018		
Não						
1.723.239	14,066000%	0	0,000000%	1.723.239	14,066000%	
<b>Pedro Alberto Guimarães Filho</b>						
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/05/2018		
Não						
31.850	0,260000%	0	0,000000%	31.850	0,260000%	
<b>Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães</b>						
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
56.995	0,465000%	0	0,000000%	56.995	0,465000%	
<b>Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães</b>						
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
56.995	0,465000%	0	0,000000%	56.995	0,465000%	
<b>Myrna Rita Monteiro de Carvalho Domit</b>						
319.835.758-60	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
119.927	0,979000%	0	0,000000%	119.927	0,979000%	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Octávio Francisco Monteiro de Carvalho Domit</b>						
321.680.848-31	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
119.927	0,979000%	0	0,000000%	119.927	0,979000%	
<b>OUTROS</b>						
271.473	2,218000%	0	0,000000%	271.473	2,218000%	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%	
<b>TOTAL</b>						
12.251.221	100,000000%	0	0,000000%	12.251.221	100,000000%	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Monteiro Aranha Participações S.A.</b>				<b>28.021.590/0001-58</b>		
<b>A.M.C. Participações Ltda.</b>						
00.214.211/0001-27	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/10/2010		
Não						
167.752	8,155000	0	0,000000	167.752	8,155000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnerio</b>						
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
55.913	2,718000	0	0,000000	55.913	2,718000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Ana Maria Monteiro de Carvalho</b>						
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
149.267	7,257000	0	0,000000	149.267	7,257000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58		
<b>Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães</b>						
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
18.641	0,906000	0	0,000000	18.641	0,906000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)</b>						
018.346.197-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
74.704	3,632000	0	0,000000	74.704	3,632000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha Faria</b>						
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/12/2017		
Não						
18.641	0,906000	0	0,000000	18.641	0,906000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Monteiro Aranha Participações S.A.</b>				<b>28.021.590/0001-58</b>	
<b>C.E.J.M.C. Participações Ltda</b>					
00.119.692/0001-91	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/10/2010	
Não					
167.752	8,155000	0	0,000000	167.752	8,155000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017	
Não					
149.266	7,257000	0	0,000000	149.266	7,257000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnerio</b>					
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
Não					
55.913	2,718000	0	0,000000	55.913	2,718000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha Participações S.A.				28.021.590/0001-58	
<b>Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho</b>					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
317.020	15,413000	0	0,000000	317.020	15,413000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnero</b>					
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
Não					
55.913	2,718000	0	0,000000	55.913	2,718000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Monteiro Aranha International Limited</b>					
05.733.954/0001-27	Jersey	Não	Sim	30/11/2017	
Sim	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho		Física	007.260.287-20	
471.856	22,940000	0	0,000000	471.856	22,940000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Monteiro Aranha Participações S.A.</b>				<b>28.021.590/0001-58</b>		
<b>Pedro Alberto Guimarães Filho</b>						
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/05/2018		
Não						
18.641	0,906000	0	0,000000	18.641	0,906000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
317.018	15,413000	0	0,000000	317.018	15,413000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães</b>						
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
18.641	0,906000	0	0,000000	18.641	0,906000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>						
2.056.938	100,000000	0	0,000000	2.056.938	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Old Rose INC				09.292.045/0001-51		
Kinectic INC						
	Ilhas Virgens Britânicas	Não	Sim	01/08/2012		
Sim	Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho		Fisica	428.912.807-68		
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
<b>Ana Maria Monteiro de Carvalho</b>					
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2015	
Não					
26.883.586	0,151000	0	0,000000	26.883.586	0,151000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Antônio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães</b>					
052.549.977-61	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015	
Não					
1.118.156	0,006000	0	0,000000	1.118.156	0,006000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)</b>					
018.346.197-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015	
Não					
33.360.503	0,188000	0	0,000000	33.360.503	0,188000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
<b>Astrid Monteiro de Carvalho Guimarães de Lima Rocha Faria</b>					
057.643.567-84	Brasileira-RJ	Não	Sim	22/12/2017	
Não					
1.118.155	0,006000	0	0,000000	1.118.155	0,006000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017	
Não					
26.883.586	0,151000	0	0,000000	26.883.586	0,151000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho</b>					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
15.934.048	0,090000	0	0,000000	15.934.048	0,090000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
<b>Pedro Alberto Guimarães Filho</b>					
846.021.807-44	Brasileira-RJ	Não	Sim	07/05/2018	
Não					
1.118.154	0,006000	0	0,000000	1.118.154	0,006000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>					
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015	
Não					
26.883.586	0,151000	0	0,000000	26.883.586	0,151000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Sérgio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães</b>					
725.095.897-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015	
Não					
1.118.154	0,006000	0	0,000000	1.118.154	0,006000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.				33.053.976/0001-81	
Three o Five Participações S.A.					
11.515.233/0001-43	Brasileira-RJ	Não	Sim	18/09/2017	
Não					
17.632.453.743	99,245000	0	0,000000	17.632.453.743	99,245000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
17.766.871.671	100,000000	0	0,000000	17.766.871.671	100,000000

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
A.M.C. Participações Ltda.				00.214.211/0001-27		
<b>Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)</b>						
018.346.197-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
547.686	99,999000	0	0,000000	547.686	99,999000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>						
547.687	100,000000	0	0,000000	547.687	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
C.E.J.M.C. Participações Ltda				00.119.692/0001-91		
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017		
Não						
3.162.299	99,999000	0	0,000000	3.162.299	99,999000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello</b>						
085.081.467-79	Brasileira-RJ	Não	Sim	27/11/2015		
Não						
1	0,001000	0	0,000000	1	0,001000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>						
3.162.300	100,000000	0	0,000000	3.162.300	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Kinectic INC</b>						
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017		
Não						
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>TOTAL</b>						
50.000	100,000000	0	0,000000	50.000	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Monteiro Aranha International Limited</b>				<b>05.733.954/0001-27</b>		
<b>Alvaro Luiz Monteiro de Carvalho Garnerio</b>						
151.861.038-29	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
77.599	7,666000	0	0,000000	77.599	7,666000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Ana Maria Monteiro de Carvalho</b>						
955.713.968-49	Brasileira-SP	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
1	0,002000	0	0,000000	1	0,002000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)</b>						
018.346.197-50	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
232.823	23,000000	0	0,000000	232.823	23,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Monteiro Aranha International Limited				05.733.954/0001-27	
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>					
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017	
Não					
232.823	23,000000	0	0,000000	232.823	23,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Fernando Eduardo Monteiro de Carvalho Garnerio</b>					
106.844.018-00	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005	
Não					
77.599	7,666000	0	0,000000	77.599	7,666000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho</b>					
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim		
Não					
232.822	23,000000	0	0,000000	232.822	23,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Monteiro Aranha International Limited</b>				<b>05.733.954/0001-27</b>		
<b>Mário Bernardo Monteiro de Carvalho Garnero</b>						
074.263.288-13	Brasileira-SP	Não	Sim	30/06/2005		
Não						
77.601	7,666000	0	0,000000	77.601	7,666000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
80.985	8,000000	0	0,000000	80.985	8,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>TOTAL</b>						
1.012.253	100,000000	0	0,000000	1.012.253	100,000000	

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Three o Five Participações S.A.				11.515.233/0001-43		
<b>Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho</b>						
428.912.807-68	Brasileira-RJ	Não	Sim	04/10/2017		
Não						
14.716	20,000000	0	0,000000	14.716	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>Joaquim Álvaro Monteiro de Carvalho</b>						
260.659.917-91	Brasileira-RJ	Não	Sim			
Não						
44.148	60,000000	0	0,000000	44.148	60,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
<b>Sergio Alberto Monteiro de Carvalho</b>						
007.260.287-20	Brasileira-RJ	Não	Sim	30/11/2015		
Não						
14.715	20,000000	0	0,000000	14.715	20,000000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000000				

**15.1 / 15.2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Three o Five Participações S.A.				11.515.233/0001-43	
<b>TOTAL</b>					
73.579	100,000000	0	0,000000	73.579	100,000000

**15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	27/04/2018
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	260
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	9
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	10

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

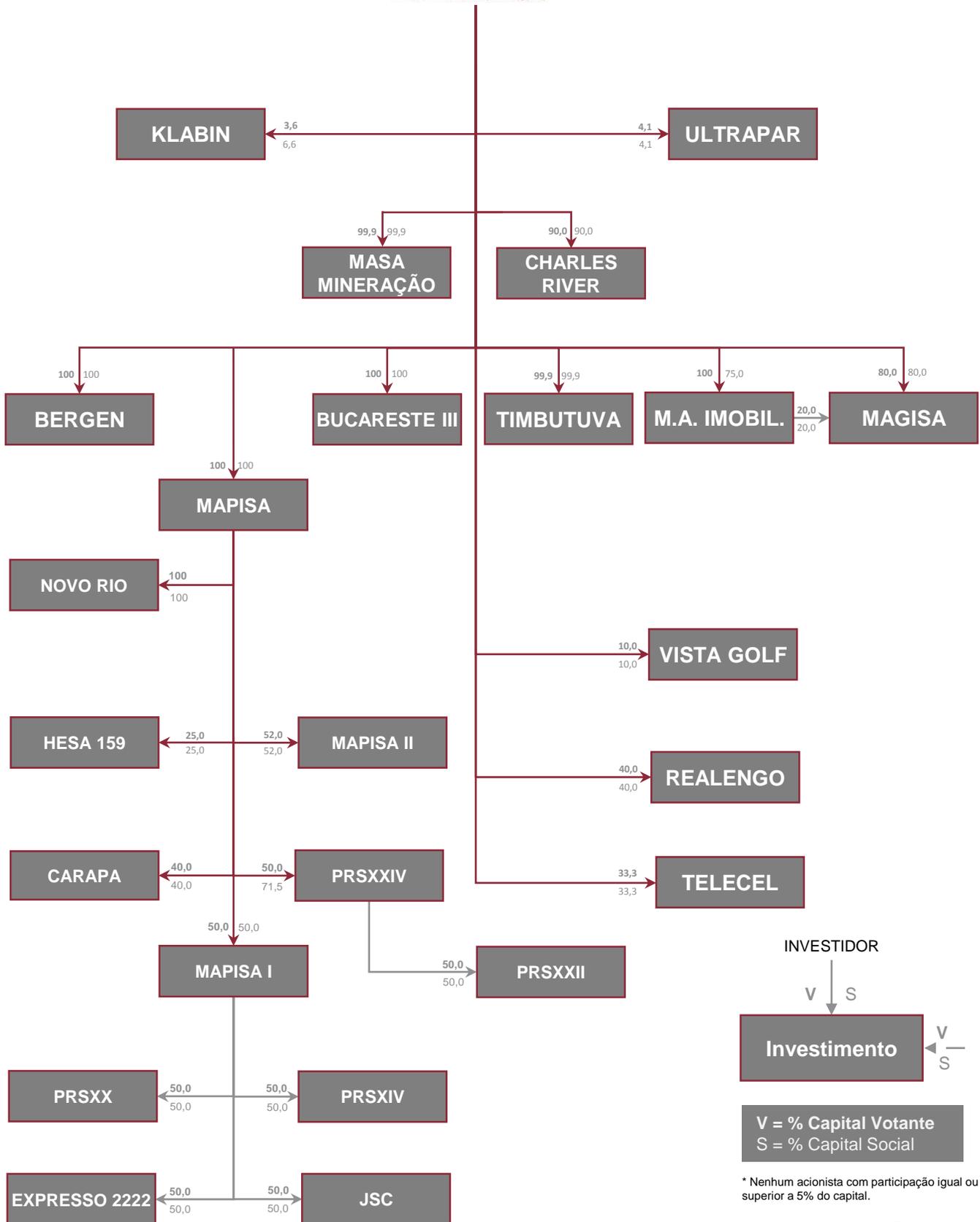
<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	3.096.274	25,273187%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	3.096.274	25,273187%

**15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico**

Família Monteiro de Carvalho										BRADESCO		MONTEPIO		OUTROS*			
JA	CE		SM		AMC		AMMC		OUTROS*					OUTROS**			
18,5	18,5	16,1	16,1	14,0	14,0	9,9	9,9	6,2	6,2	8,5	8,5	12,8	12,8	10,3	10,3	3,7	3,7



16/05/2018



**15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico**

SIGLA	DENOMINAÇÃO SOCIAL	SIGLA	DENOMINAÇÃO SOCIAL
AMC	Astrid Monteiro de Carvalho (Espólio)	MAPISA I	MAPISA I S.A.
AMMC	Ana Maria Monteiro de Carvalho	MAPISA II	Mapisa II Empreendimentos. Imobiliários S.A.
BRDESCO	Bradesco Seguros S.A.	MASA MINERAÇÃO	MASA Mineração Ltda.
BERGEN	Bergen FIA Investimento no Exterior	MONTEPIO	Caixa Econômica Montepio Geral
BUCARESTTE III	CSHG Bucareste III FIA – Investimento no Exterior	NOVO RIO	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.
CARAPA	Carapa Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	PRSXIV	PRS XIV Incorporadora S.A.
CE	Celi Elisabeth Julia Monteiro de Carvalho	PRSEX	PRS XX Incorporadora S.A.
CHARLES RIVER	Charles River Adm. de Recursos Financeiros Ltda.	PRSEXII	PRS XXII Incorporadora Ltda.
EXPRESSO 2222	Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	PRSEXIV	PRS XXIV Incorporadora S.A.
HESA 159	Hesa 159 Investimentos Imobiliários S.A.	REALENGO	Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.
JA	Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho	RP	Rui Manuel de Medeiros D' Espiney Patrício
JSC	JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	SM	Sergio Alberto Monteiro de Carvalho
KLABIN	Klabin S.A.	TELECEL	Telecel Participações Ltda.
M.A. IMOBIL.	M.A. Investimentos Imobiliários S.A.	TIMBUTUVA	Timbutuva Empreendimentos Ltda.
MAGISA	Magisa – Gestão de Investimento Imobiliários Ltda.	ULTRAPAR	Ultrapar Participações S.A.
MAPISA	Monteiro Aranha Participação Imobiliária. S.A.	VISTA GOLF	Vista Golf Empreendimentos Imobiliários. S.A

**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

A Companhia não possui acordo de acionista arquivado ou do qual o controlador seja parte.

## 15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
ANA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO 955.713.968-49	30/11/2015	276.106 (*)		741.089	6,049103	6,049103	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81

(\*) Havidas por Redução de Capital

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO (ESPÓLIO) 018.346.197-50	30/11/2015	882.170 (*)		1.168.815	9,540396	9,540396	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81

(\*) Havidas por Redução de Capital

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
CELI ELISABETE JULIA MONTEIRO DE CARVALHO 428.912.807-68	30/11/2015	1.003.458 (*)		1.364.200	11,135217	11,135217	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81

(\*) Havidas por Redução de Capital

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
JOAQUIM ÁLVARO MONTEIRO DE CARVALHO 260.659.917-91	30/11/2015	274.073 (*)		1.191.463	9,725259	9,725259	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81

(\*) Havidas por Redução de Capital

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
SÉRGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO 007.260.287-20	30/11/2015	1.000.406 (*)		1.334.177	10,890155	10,890155	SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81

(\*) Havidas por Redução de Capital

Acionista	Data	Compra	Alienação	Quantidade	% Participação		Contraparte
					Cap. Votante	Cap. Social	
SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A. 33.053.976/0001-81	30/11/2015		(274.073) (*)	3.280.412	26,776205	26,776205	JOAQUIM ÁLVARO MONTEIRO DE CARVALHO 260.659.917-91
	30/11/2015		(276.106) (*)	3.004.306	24,522503	24,522503	ANA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO 955.713.968-49
	30/11/2015		(1.003.458) (*)	2.000.848	16,331825	16,331825	CELI ELISABETE JULIA MONTEIRO DE CARVALHO 428.912.807-68
	30/11/2015		(1.000.406) (*)	1.000.442	8,166060	8,166060	SÉRGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO 007.260.287-20
	30/11/2015		(882.170) (*)	118.272	0,965389	0,965389	ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO (ESP.) 018.346.197-50
	30/11/2015		(29.568) (*)	88.704	0,724042	0,724042	PEDRO ALBERTO GUIMARÃES FILHO 846.021.807-44
	30/11/2015		(29.568) (*)	59.136	0,482695	0,482695	SÉRGIO FRANCISCO MONTEIRO DE C. GUIMARÃES 725.095.897-68
	30/11/2015		(29.568) (*)	29.568	0,241347	0,241347	ANTÔNIO LUIS MONTEIRO DE C. GUIMARÃES 052.549.977-61
	30/11/2015		(7.887) (*)	21.681	0,176970	0,176970	ANA CRISTINA M. DE C. GUIMARÃES (ESPÓLIO) 837.709.257-34
	30/11/2015		(21.681) (*)				ASTRID M. DE C. G. DE LIMA ROCHA FARIA 057.643.567-84
	28/07/2017	318.900		662.863	5,410587	5,410587	PÚBLICO

(\*) Redução de Capital com restituição aos acionistas

## 15.7 - Principais operações societárias

### 2017 e 2016

Em 2017 e em 2016, não ocorreram operações societárias no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia.

### 2015

#### a. Evento

Redução do capital social da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. ("STMA"), acionista integrante do grupo de controle da Companhia.

#### b. Principais condições do negócio

Em 29 de setembro de 2015, a STMA, acionista integrante do grupo de controle e detentora de 29,01% do capital social da Companhia, realizou Assembleia Geral Extraordinária em que seus acionistas deliberaram a redução de capital da sociedade, com a restituição, aos seus acionistas, da totalidade das ações ordinárias escriturais de emissão de Monteiro Aranha S.A., então de propriedade da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.

Assim, os acionistas da STMA, acionistas diretos e indiretos da Companhia, passaram a deter diretamente a participação que anteriormente era da STMA no capital social Companhia, conforme detalhado no item (e) abaixo.

#### c. Sociedades envolvidas

Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A.  
CNPJ 33.053.976/0001-81  
Monteiro Aranha S.A.  
CNPJ 33.102.476/0001-92

#### d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Em razão da redução do capital social da STMA, os acionistas abaixo identificados, todos participantes do grupo de controle, apresentaram alterações relevantes em suas participações na Companhia, tendo a operação sido divulgada, em observância ao art. 12 da Instrução CVM nº 358, de 2002, por meio do Comunicado ao Mercado publicado pela Companhia em 1º de dezembro de 2015.

ACIONISTA	CNPJ/CPF	Quantidade	% Participação		Redução de capital com restituição de ações de Monteiro Aranha S/A em 30/11/2015	Quantidade	% Participação	
			Cap. Votante	Cap. Social			Cap. Votante	Cap. Social
SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A.	33.053.976/0001-81	3.554.485	29,01	29,01	(3.554.485)	0	0,00	0,00

**15.7 - Principais operações societárias**

ANA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO	955.713.968-49	464.983	3,80	3,80	276.106	741.089	6,05	6,05
ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO (ESPÓLIO)	018.346.197-50	286.645	2,34	2,34	882.170	1.168.815	9,54	9,54
CELI ELISABETE JULIA MONTEIRO DE CARVALHO	428.912.807-68	360.742	2,94	2,94	1.003.458	1.364.200	11,14	11,14
SÉRGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO	007.260.287-20	333.771	2,72	2,72	1.000.406	1.334.177	10,89	10,89
SÉRGIO FRANCISCO M. DE C. GUIMARÃES	725.095.897-68	27.427	0,22	0,22	29.568	56.995	0,47	0,47

**e. quadro societário antes e depois da operação**

ACIONISTA	CNPJ/CPF	Posição Inicial		Redução de capital com restituição de ações de Monteiro Aranha S/A em 30/11/2015		Posição Final	
		Ações	% Part.	Ações	% Part.	Ações	% Part.
SOCIEDADE TÉCNICA MONTEIRO ARANHA S.A.	33.053.976/0001-81	3.554.485	29,01	(3.554.485)	(29,01)	0	0
CELI ELISABETE JULIA MONTEIRO DE CARVALHO	428.912.807-68	360.742	2,94	1.003.458	8,19	1.364.200	11,14
SÉRGIO ALBERTO MONTEIRO DE CARVALHO	007.260.287-20	333.771	2,72	1.000.406	8,17	1.334.177	10,89
ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO (ESPÓLIO)	018.346.197-50	286.645	2,34	882.170	7,20	1.168.815	9,54
ANA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO	955.713.968-49	464.983	3,80	276.106	2,25	741.089	6,05
JOAQUIM ÁLVARO MONTEIRO DE CARVALHO	260.659.917-91	917.390	7,49	274.073	2,24	1.191.463	9,73
PEDRO ALBERTO GUIMARÃES FILHO	846.021.807-44	27.427	0,22	29.568	0,24	56.995	0,47
SÉRGIO FRANCISCO M. DE C. GUIMARÃES	725.095.897-68	27.427	0,22	29.568	0,24	56.995	0,47
ANTÔNIO LUIS M. DE C. GUIMARÃES	052.549.977-61	27.427	0,22	29.568	0,24	56.995	0,47
ASTRID M. DE C. G. DE LIMA ROCHA FARIA	057.643.567-84	15.645	0,13	21.681	0,18	37.326	0,30
ANA CRISTINA M. DE C. GUIMARÃES (ESPÓLIO)	837.709.257-34	11.780	0,10	7.887	0,06	19.667	0,16
OLAVO EGYDIO MONTEIRO DE CARVALHO	007.260.107-82	404.578	3,30		0,00	404.578	3,30
OLD ROSE INC	09.292.045/0001-51	221.040	1,80		0,00	221.040	1,80
MONTEIRO ARANHA PARTICIPAÇÕES S.A	28.021.590/0001-58	216.524	1,77		0,00	216.524	1,77
JOAQUIM PEDRO M. DE C. COLLOR DE MELLO	085.081.467-79	203.669	1,66		0,00	203.669	1,66
ÁLVARO LUIZ M. DE CARVALHO GARNERO	151.861.038-29	119.927	0,98		0,00	119.927	0,98
FERNANDO EDUARDO M. DE C. GARNERO	106.844.018-00	119.927	0,98		0,00	119.927	0,98
MÁRIO BERNARDO M. DE C. GARNERO	074.263.288-13	119.927	0,98		0,00	119.927	0,98
MYRNA RITA MONTEIRO DE CARVALHO DOMIT	319.835.758-60	119.927	0,98		0,00	119.927	0,98
OCTÁVIO FRANCISCO M. DE CARVALHO DOMIT	321.680.848-31	119.927	0,98		0,00	119.927	0,98
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SANTAREM	21.523.826/0001-05	55.000	0,45		0,00	55.000	0,45
<b>TOTAL FAMÍLIA MONTEIRO DE CARVALHO</b>		<b>7.728.168</b>	<b>63,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.728.168</b>	<b>63,08</b>
OUTROS		4.523.053	36,92		0,00	4.523.053	36,92
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>12.251.221</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.251.221</b>	<b>100,00</b>

## **15.7 - Principais operações societárias**

### **f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**

A redução de capital na STMA, e a conseqüente restituição de ações de emissão da Companhia, foi realizada de forma proporcional à participação societária detida por cada acionista na data da deliberação da redução de capital.

## **15.8 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

Embora não tenha formalizado regras, políticas ou práticas aplicáveis especificamente à realização de transações com partes relacionadas, a Companhia considera que os procedimentos por ela adotados para a celebração, aprovação e contabilização de referidas transações garantem o atendimento à legislação vigente, incluindo aquelas previstas na Lei n.º 6.404/76 (“Lei das S.A.”), conforme alterada.

Compete à Diretoria da Companhia avaliar os termos e condições de toda e qualquer transação realizada entre a Companhia e partes relacionadas, atentando-se para que os instrumentos advindos dessas transações sejam celebrados em conformidade com os interesses da Companhia e de forma transparente, independente e, na medida do possível, em condições de mercado (assim entendidas as condições existentes em transações comerciais baseadas na concorrência de mercado e lei de oferta e procura, praticadas entre partes independentes e sem influência das partes envolvidas).

A avaliação da Diretoria sempre leva em consideração as particularidades de cada operação, inclusive no que diz respeito a preços, garantias e prazos, sendo que, quando as transações têm como potencial contraparte uma parte relacionada, essas precisam ser adequadamente justificadas para que sejam autorizadas pela Diretoria da Companhia. Vale ressaltar, ainda, que todas as transações com partes relacionadas celebradas pela Companhia são formalizadas por escrito e devidamente divulgadas de acordo com a legislação vigente.

Nos termos do Artigo 12, inciso III, do Estatuto Social da Companhia, cumpre ao Conselho de Administração fiscalizar a gestão dos Diretores, competindo-lhe solicitar informações sobre quaisquer contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia, inclusive através de acesso direto aos sistemas informativos da Companhia.

Além disso, a Companhia se atém aos preceitos previstos na Lei das S.A., vedando a seus conselheiros ou diretores: (i) a realização de qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) o recebimento, em razão de seu cargo, de qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do Estatuto Social ou concedida através da Assembleia Geral; e (iii) a intervenção em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

As transações com partes relacionadas são destacadas nas demonstrações financeiras da Companhia, e refletem fielmente os termos e condições acordados. Nesse sentido, nas notas explicativas às suas demonstrações financeiras, a Companhia inclui uma nota sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas normas contábeis aplicáveis estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1)/IAS 24 – Divulgação sobre partes relacionadas (aprovado pela Deliberação CVM n.º 642/10), que determina que as demonstrações financeiras contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que a posição financeira e o resultado da Companhia possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ultrapar Participações S/A	31/12/2017	13.721.416,05	R\$ 13.721.416,05 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a receber						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Klabin S.A.	03/01/2014	100.000.000,00	R\$ 10.917.345,60 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	31/01/2018	SIM	8,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Debêntures mandatoriamente conversíveis em ações e com direito a participação nos lucros, emitidas pela coligada da Companhia, Klabin S.A. e subscritas pela Companhia.						
<b>Garantia e seguros</b>	As debêntures são da espécie subordinada e não contam com garantias ou seguros.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Mediante a conversão voluntária ou mandatária das debêntures, nos termos e condições previstos na respectiva escritura de debêntures. Não há possibilidade de resgate das debêntures pela Klabin S.A.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Subscrição, pela Companhia, de debêntures objeto da 6ª emissão de debêntures, obrigatoriamente conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para colocação privada, da coligada da Companhia, Klabin S.A., as quais conferem à Companhia, dentre outros direitos, participação nos lucros da Klabin S.A. até a sua conversão em units, correspondentes a uma ação ordinária e quatro ações preferenciais de emissão da Klabin S.A. A base para a aplicação da taxa de Juros de 8% a.a. é corrigida pelo Dólar.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/12/2015	1.696,02	R\$ 1.696,02 (saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos a receber						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Hesa 159 - Investimentos Imobiliários S.A.	08/04/2016	250.000,00	R\$ 250.000,00 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O AFAC foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, de modo que somente poderá ser extinto mediante a sua capitalização.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Magisa - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	31/12/2017	600.000,00	R\$ 563.000,00 (Saldo aberto no Passivo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços em gestão de investimentos imobiliários.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor						
Telecel Participações Ltda.	15/04/1992	1.258,95	R\$ 1.285,95 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo concedido pela Companhia à sua coligada Telecel Participações Ltda. para fins de financiamento de investimentos em telecomunicações, especificamente no setor de telefonia móvel, na Telecel Telecomunicações Ltda..						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Klabin S.A.	24/04/2002	7.633.212,00	R\$ 652.100,00 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Acordo de participação em remuneração por licença de uso de marcas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Especificar</b>	Credor						
Realengo SPE Empreendimento Imobiliário S.A.	14/08/2012	30.049,86	R\$ 30.049,86 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto						
<b>Objeto contrato</b>	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O AFAC foi celebrado em caráter irrevogável e irretroatável, de modo que somente poderá ser extinto mediante a sua capitalização.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
Telecel Telecomunicações Ltda	15/04/1992	30.583,82	R\$ 30.583,82 (Saldo aberto no Passivo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo concedido à Companhia pela Telecel Telecomunicações Ltda. para fins de financiamento de investimentos em telecomunicações, especificamente no setor de telefonia móvel.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor						
Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda.	31/12/2017	3.600.000,00	R\$ 563.000,00 (Saldo aberto no Passivo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de administração de carteiras de ativos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Devedor						
PRS XXIV Incorporadora S.A.	31/12/2017	1.621.628,15	R\$ 1.621.638,15 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto indireta						
<b>Objeto contrato</b>	Dividendos de ações resgatáveis						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor						
PRS XXIV Incorporadora S.A.	19/12/2016	2.257.382,51	R\$ 2.257.382,51 (Saldo aberto no Ativo do emissor)	Não é possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada em conjunto indireta						
<b>Objeto contrato</b>	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O AFAC foi celebrado em caráter irrevogável e irretratável, de modo que somente poderá ser extinto mediante a sua capitalização.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
-----							
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
-----							
<b>Especificar</b>	Credor						
-----							

**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as operações com partes relacionadas são submetidas à análise da Administração da Companhia para aprovação, observando a legislação em vigor, conforme descrito no item 16.1 deste Formulário de Referência.

Durante o processo de análise das transações com partes relacionadas, existindo a possibilidade de ocorrer conflito de interesse que envolva qualquer membro da Diretoria ou de órgão deliberativo da Companhia, o mesmo deve abster-se de analisar, votar e/ou opinar sobre a matéria, deixando a decisão aos demais membros. Nesse sentido, a Companhia se atém a todos os preceitos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

Da mesma forma, em atendimento ao disposto no artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia são vedados de intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, e somente podem contratar com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

Além disso, consoante outros dispositivos da Lei das S.A., a Companhia proíbe os seus administradores de realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia, ou receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização prevista no Estatuto Social ou concedida através de assembleia geral.

No mais, a Companhia não estabelece nenhum mecanismo formal específico ou política específica para fins de identificação de eventual conflito de interesses.

**(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Todas operações com partes relacionadas identificadas no item 16.2 possuem caráter estritamente comutativo.

## **16.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
01/04/2013	716.837.898,75		12.251.221	0	12.251.221

## **17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos exercícios sociais findos em 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 a Companhia não realizou aumentos de capital social.

### **17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos exercícios sociais findos em 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 a Companhia não realizou desdobramento, grupamento ou bonificação de ações.

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos exercícios sociais findos em 31.12.2017, 31.12.2016 e 31.12.2015 a Companhia não realizou redução de capital social.

## **17.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

**18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, dos lucros apurados ao término de cada exercício, depois de ajustado conforme as prescrições legais, será atribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25%. Sobre o saldo remanescente, a Assembléia Geral decidirá com base na proposta da Diretoria.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderão retirar-se da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia geral, observado o disposto no § 2º do Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os direitos assegurados às ações que não sejam determinados pela legislação aplicável poderão ser modificados mediante alteração do Estatuto Social, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que somente poderá ser instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 2/3 do capital social e, em 2ª convocação, com qualquer número. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.
<b>Outras características relevantes</b>	N/A

---

**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

O Estatuto Social da Companhia não contém regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

### **18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	114.730	170,00	155,00	R\$ por Unidade	164,13
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	49.315.577	185,00	140,00	R\$ por Unidade	140,08
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	81.418.212	155,00	125,00	R\$ por Unidade	137,26
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.141.442	154,98	139,00	R\$ por Unidade	146,55

**Exercício social 31/12/2016**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	89.851	143,00	140,00	R\$ por Unidade	140,39
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	144.876	152,60	125,80	R\$ por Unidade	131,71
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	89.841	165,01	140,00	R\$ por Unidade	140,60
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	71.218	174,53	125,00	R\$ por Unidade	151,53

**Exercício social 31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.252	130,00	114,05	R\$ por Unidade	120,10
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	622.511	155,00	120,00	R\$ por Unidade	128,14
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	535.774	132,10	125,00	R\$ por Unidade	129,88
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	59.573	140,00	125,00	R\$ por Unidade	137,26

## **18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

## **18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MOAR3".

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Não aplicável, considerando que os valores mobiliários da Companhia não são negociados em mercados estrangeiros.

## **18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

**18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

### **18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

### **18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015.

## **18.12 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que nos três últimos exercícios sociais não houve aprovação de plano de recompra de ações de emissão da Companhia.

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos três exercícios sociais não houve movimentação de valores mobiliários em tesouraria.

### **19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>31/07/2002</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	Diretor de Relações com Investidores Acionistas Controladores Administradores Funcionários Executivos Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia

### Principais características e locais de consulta

A Política, que estabelece o Diretor de Relações com Investidores da Companhia como o responsável por sua execução e acompanhamento, define as regras, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, bem como à negociação com valores mobiliários com base em tais informações. Nesse sentido, com relação à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, a Política estabelece essencialmente o seguinte:

- (i) o dever, aplicável a todas as pessoas sujeitas à Política, de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante, a que tenham tido acesso privilegiado, até a sua divulgação, além de zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam;
- (ii) o dever de os acionistas informarem a aquisição ou alienação de participação acionária relevante, bem como o dever de o DRI encaminhar tais declarações à CVM e às bolsas de valores;
- (iii) hipóteses de vedação à negociação
- (iv) vedações à deliberação, pelo conselho de administração, sobre a aquisição ou alienação de ações de própria emissão da Companhia, na iminência de publicação de fato relevante a respeito de (a) celebração de contrato ou acordo visando à transferência do controle acionário da Companhia; (b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de controle; ou (c) existência de firme intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

A Política pode ser consultada na sede social da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.monteiroaranha.com.br>), e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	<p>A Política estabelece as seguintes principais situações em que é vedada a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) previamente à divulgação de qualquer ato ou fato relevante relativo à Companhia, a que tenham tido acesso as pessoas sujeitas à Política;</li> <li>(ii) quando estiver em curso, ou houver outorga de opção ou mandato para o fim de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, ou sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, sendo aplicável a vedação às pessoas sujeitas à Política que tenham acesso a informações privilegiadas, nas datas em que a Companhia negocie ou informe que negociará com ações de emissão da Companhia;</li> <li>(iii) quando houver intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;</li> <li>(iv) nos 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação das demonstrações financeiras e demais informações contábeis da Companhia;</li> <li>(v) com relação aos ex-administradores da Companhia, previamente à divulgação pública de negócio ou evento iniciado durante seu período de gestão, pelo prazo de 6 meses após seu afastamento, ou até a divulgação, pela Companhia, do respectivo fato relevante (o que ocorrer primeiro).</li> </ul>
--	--

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item 20.1.

## 21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de julho de 2002.

A Política define as regras, diretrizes, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, bem como à negociação com valores mobiliários com base em tais informações, em consonância com a legislação aplicável e as normas da CVM, especialmente a Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada.

Com relação à divulgação de informações relevantes e à manutenção do sigilo de tais informações ainda não divulgadas, a Política estabelece diretrizes e procedimentos com o escopo de divulgar aos órgãos competentes e ao mercado de valores mobiliários informações completas e tempestivas, assegurando equidade e transparência dessa divulgação a todos os interessados, sem privilegiar alguns em detrimento de outros.

A Política define, em linha com a Instrução CVM nº 358/2002, a responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores pela comunicação e divulgação de atos ou fatos relevante relacionados à Companhia, estabelecendo, ainda, o dever de acionistas controladores, demais administradores, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, e funcionários com acesso a informação relevante, de comunicar qualquer ato ou fato relevante que tenham conhecimento, ao Diretor de Relações com Investidores.

Também em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002, a Política assinala que, diante da constatação, por tais pessoas, de omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do art. 6º da Instrução CVM nº 358/2002), tais pessoas somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o ato ou fato relevante à CVM.

No tocante ao momento da divulgação de ato ou fato relevante, a Política também delinea que esta deverá ocorrer antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores localizadas no País.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme apontado no item 21.1, a Companhia possui uma Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários (“Política”), que estabelece as regras, diretrizes, procedimentos e vedações aplicáveis à divulgação e utilização de informações relevantes, em consonância com a legislação aplicável e as normas da CVM, especialmente a Instrução CVM nº 358/2002.

A divulgação de atos ou fatos relevantes, em conformidade com o disposto na Política, tem por objetivo disponibilizar aos investidores, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, as informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações, e evitando a utilização indevida de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso.

A Política estabelece o Diretor de Relações com Investidores como o principal responsável pela divulgação e comunicação de informações referentes a atos ou fatos relevantes, estabelecendo ainda que, sem prejuízo de outras atribuições legais ou regulamentares aplicáveis, compete-lhe:

- (a) zelar pela ampla e imediata disseminação de atos ou fatos relevantes, simultaneamente em todos os mercados nos quais a Companhia eventualmente possua valores mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral;
- (b) transmitir informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como atualizar o Formulário de Referência;
- (c) supervisionar e aprovar a divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes, bem como verificar a necessidade de eventuais correções ou revisões;
- (d) opinar sobre a possibilidade de adiamento da divulgação de ato ou fato relevante, caso sua imediata revelação coloque em risco interesse legítimo da Companhia; e
- (e) analisar eventuais rumores e especulações no mercado sobre a Companhia e determinar se uma resposta e/ou comunicação ao mercado se faz necessária, respeitado o disposto nesta Política de Divulgação.

Em relação a prazos e parâmetros para tais divulgações, a Política define que o Diretor de Relações com Investidores deverá observar, ainda, o que segue:

- (i) comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência;
- (ii) divulgar a todo o mercado o ato ou fato relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, investidores e analistas;
- (iii) avaliar a necessidade de solicitar às bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante,

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

Com relação aos canais de comunicação utilizados pela Companhia, em observância ao art. 3º, § 4º da Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer por meio de jornal de grande circulação habitualmente utilizado pela Companhia ou portal de notícias na internet, em seção disponível para acesso gratuito.

A Política também delinea o dever de guardar sigilo de informações privilegiadas, e de zelar para que subordinados e terceiros de confiança também o façam, assinalando a necessidade de observância de tais deveres por parte dos acionistas controladores, administradores, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, funcionários e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição nas sociedades integrantes do bloco de controle, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas.

No mais, também em conformidade com a Instrução CVM nº 358/2002, a Política explicita a regra geral de divulgação e comunicação imediata de atos ou fatos relevantes, bem como a previsão de que, em casos excepcionais, quando a divulgação de tais informações puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia, a divulgação da informação deverá ser objeto de análise, sem prejuízo de que:

- (i) os administradores e acionistas controladores submetam à CVM a decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo atos os fatos relevantes, cuja divulgação entenda configurar risco a legítimos interesses da Companhia; e
- (ii) ainda que os administradores e acionistas Controladores decidam pela não divulgação de ato ou fato relevante, é seu dever divulgar imediatamente tais informações, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

A Política pode ser consultada na sede social da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.monteiroaranha.com.br>), e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.